



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão

**A EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO NO PROCESSO
ENSINO-APRENDIZAGEM: um estudo no Instituto
de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
– IEMA- UP: Axixá.**

Geisa Correia Lima

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Gestão.



Instituto Politécnico de Tomar

Escola Superior de Gestão

**A EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO NO
PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: um
estudo no Instituto de Educação, Ciência e
Tecnologia do Maranhão – IEMA- UP: Axixá.**

Geisa Correia Lima

Dissertação de Mestrado

Orientado por:

Professora Doutora Sónia Pedroso Gonçalves
Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa

Dissertação apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar
para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão.

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, por ter me dado saúde e sabedoria para superar todos os momentos difíceis que passei ao longo do curso, aos meus pais Marly Monteiro C. Lima e José Vitório C. Lima por serem essenciais na minha vida, a minha avó Djanira, aos meus irmãos Rossyne e José Joaquim, ao meu namorado e a toda minha família e amigos por me incentivarem a ser uma pessoa melhor e não desistir dos meus sonhos.

RESUMO

A presente dissertação faz uma abordagem sobre a temática da eficácia do Planejamento no processo ensino-aprendizagem: um estudo no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IEMA-UP-AXIXÁ e encontra-se inserida na linha de pesquisa de Educação, do Mestrado em Gestão do Instituto Politécnico de Tomar-IPT. Tem por objetivo geral: verificar a eficácia do planejamento enquanto ferramenta essencial no processo ensino- aprendizagem. Partindo desse contexto, buscaram-se bases teóricas que fundamentam o objeto de estudo. Por se tratar de uma investigação empírica, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva de natureza qualitativa e quantitativa, tendo em vista a melhor explicação dos fenômenos estudados. Os sujeitos envolvidos na investigação, compreendem, os gestores, professores, alunos e pais/responsáveis, os quais fizeram parte da amostra de investigação. A pesquisa foi feita em duas etapas: primeiramente de caráter quantitativo, quando se utilizou como instrumentos de pesquisas, questionários com questões estruturadas; a segunda etapa de caráter qualitativo constou de entrevistas dirigidas com perguntas previamente definidas, com o intuito de apurar mais detalhes sobre a eficácia do planejamento no processo ensino-aprendizagem. Como resultado mais geral, observou-se que o planejamento é participativo e que a escola trabalha com um novo modelo de ensino baseado na pedagogia da presença e no projeto de vida de cada aluno, modelo esse que traz em seu âmago, o desejo de uma educação melhor. A proposta dessa dissertação não significou, disponibilizar uma receita pronta para a construção de ideias em um processo de planejamento, mas buscou contribuir com a instituição pesquisada, com os leitores e com futuros investigadores acerca da temática.

Palavras-chave: Planejamento. Educação. Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

This dissertation takes an approach on the subject. The effectiveness of Planning in the teaching-learning process: A study at the State Institute of Education, Science and Technology of Maranhão-IEMA-UP-AXIXÁ and is inserted in the research line of Education of the Master in Management of the Polytechnic Institute of Teresopolis IPT. It has the general objective; check the effectiveness of planning as an essential tool in the teaching and learning process. From this context, we seek theoretical bases that underlie the object of study. Because it is an empirical investigation, we opted for a bibliographical, exploratory and descriptive research of qualitative and quantitative nature, in view of the best explanation of the studied phenomena. The subjects involved in the investigation include managers, teachers, students and parents / guardians, who were part of the research sample. The research was done in two stages: firstly quantitative, when used as research tools, questionnaires with structured questions; The second qualitative stage consisted of interviews conducted with previously defined questions in order to ascertain more details about the effectiveness of planning in the teaching-learning process. As a more general result, it was observed that the planning is participative and that the school works with a new teaching model based on the pedagogy of the presence and the life project of each student, which model at its core, the desire for a better education. The proposal of this dissertation did not mean to provide a ready recipe for the construction of ideas in a planning process, but sought to contribute to the researched institution, readers and future researchers on the subject.

Keywords: Planning. Education. Teaching-Learning

AGRADECIMENTOS

A Deus, o idealizador de minha existência, minha fortaleza, quem justifica a minha fé, e me proporciona vitórias diárias para conseguir alcançar mais essa etapa em minha vida.

Aos meus familiares, pais, irmãos, avó, namorado, que nunca mediram esforços para me ver crescer pessoal e profissionalmente e em especial ao meu irmão José Joaquim Correia Lima que me deu total apoio, me incentivando nos momentos mais difíceis que passei durante o curso. Isso me fortaleceu bastante fazendo com que desse o melhor de mim. Obrigada a todos!

A prof^a Dr. Sonia Marisa Pedrosa Gonçalves Bogas, orientadora desta dissertação pela sua competência, empenho e atenção nas orientações, revisões e sugestões, fatores esses de suma importância para conclusão deste trabalho.

Aos colegas e professores do curso pelo companheirismo e pelos momentos divididos durante todo o percurso vivido.

Aos Gestores, Professores, Pais e Alunos do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IEMA, por abrir as portas para realização deste trabalho e por não medirem esforços para participarem dessa pesquisa.

Ao Instituto Politécnico de Tomar-IPT, pela oportunidade de realização de um sonho, o curso de mestrado.

Por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização desta pesquisa.

ÍNDICE

	INTRODUÇÃO.....	10
CAPITULO 1	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PLANEJAMENTO..	14
1.1	Fatos históricos na educação.....	16
1.2	A importância do planejamento para o ensino.....	22
1.3	Tipos de planejamento.....	31
CAPÍTULO 2	A EDUCAÇÃO E O INTERESSE PÚBLICO.....	40
2.1	Planejamento, gestão democrática e autonomia escolar.....	46
2.2	O professor como agente de transformação.....	50
2.3	Projeto político pedagógico: uma elaboração coletiva.....	54
CAPITULO 3	METODOLOGIA.....	58
3.1	Participantes da Pesquisa.....	60
3.2	Descrição e análise da realidade.....	62
3.3	Instrumentos de coletas de dados.....	69
3.4	Tratamento dos dados.....	72
CAPÍTULO 4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	73
4.1	Análise dos dados dos alunos.....	74
4.2	Análise dos dados dos pais/responsáveis.....	79
4.3	Análise dos dados dos professores.....	83
4.4	Resultado das entrevistas com gestores e professores.....	86
CAPÍTULO 5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
	APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO/ALUNOS.....	98
	APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO PAIS/RESPONSÁVEIS.....	99
	APÊNDICE III - QUESTIONÁRIO PROFESSORES.....	100
	APÊNDICE IV – ENTREVISTA.....	102

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Faixa etária dos alunos entrevistados.....	74
Gráfico 2 –	Você tem conhecimento sobre o planejamento da instituição?.....	75
Gráfico 3 –	Você considera o planejamento como um instrumento importante?	75
Gráfico 4 –	Nesta instituição o planejamento que existe é o Tradicional ou Participativo?.....	76
Gráfico 5 –	Você tem conhecimento sobre os princípios do modelo Pedagógico?.....	76
Gráfico 6 –	Você tem conhecimento do PPP, da Proposta Pedagógica e do Regulamento da instituição?.....	77
Gráfico 7 –	Você concorda com o PPP e a Proposta da instituição?.....	77
Gráfico 8 –	O conteúdo programático é apropriado às exigências do dia a dia?.	78
Gráfico 9 –	A gestão escolar auxilia para a realização das atividades dos professores.....	78
Gráfico 10 –	Formação acadêmica dos Pais/Responsáveis.....	79
Gráfico 11 –	Você tem conhecimento sobre o planejamento da instituição?.....	80
Gráfico 12 –	Qual o tipo de planejamento que você acredita que existe na instituição?.....	80
Gráfico 13 –	Você tem conhecimento sobre os princípios do modelo pedagógico?.....	81
Gráfico 14 –	Você tem conhecimento do PPP, Proposta Pedagógica e do Regulamento da Instituição?.....	81
Gráfico 15 –	Você concorda com a Proposta e o PPP da instituição?.....	82
Gráfico 16 –	Você considera os conteúdos programáticos apropriados as exigências atuais?.....	82
Gráfico 17 –	Você acha que a gestão escolar auxilia para a realização das atividades dos alunos?.....	83
Gráfico 18 –	Faixa etária dos professores pesquisados.....	84
Gráfico 19 –	Formação Acadêmica dos professores pesquisados.....	84

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 –	Sujeitos da pesquisa quantitativa.....	61
Quadro 2 –	Sujeitos da pesquisa qualitativa.....	62
Quadro 3 –	Números de alunos de 2017 a 2019.....	63
Quadro 4 –	Estrutura Organizacional 2017.....	69
Quadro 5 –	Estrutura Organizacional 2019.....	69
Quadro 6 –	Classificação das perguntas dos questionários.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COFINS	- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
IEMA	- Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	- Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	- Lei Orçamentária Anual
MEC	- Ministério da Educação
PIS	- Programa de Integração Social
PPA	- Plano Plurianual
SECTI	- Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância Descrição
PROEB	Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
PIS	Programa de Integração Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza

INTRODUÇÃO

Durante toda a existência humana percebe-se a necessidade de ações de convivência, como o aprendizado do idioma falado em cada localidade, o aprendizado da língua de sinais, seja de forma empírica, seja de forma científica ou seja em sinais, que são de extrema importância, por exemplo, como os de trânsito, estes que são necessários para o convívio e para a boa fluência do trânsito. Essa necessidade de aprendizagem que foi se aperfeiçoando com o decorrer do tempo são naturais do ser humano e se comportam como qualquer outra necessidade natural, o que será mostrado neste trabalho é a forma com que essa necessidade de aprendizagem deve ser alimentada de forma eficaz e eficiente por meio do planejamento.

O governo por sua vez responsável pela educação busca melhorar o sistema educacional brasileiro para que obtenha mais resultados positivos no Brasil, com isso diminuindo o índice de analfabetismo e podendo assim mudar a vida das pessoas por meio da educação, tendo como grandes impasses a falta de recursos na Administração Pública e consequentemente falta de estrutura nos ambientes escolares, precisando de planejamento.

Planejar é de suma importância dentro de qualquer movimento ou organização independentemente da finalidade da organização, planejar é usar o que tem de melhor minuciosamente para que se atinja um objetivo final.

O ensino no Brasil passou por diversos períodos que ajudaram para que se consiga chegar nesse modelo e sistema educacional existente hoje no país, esses marcos foram de suma importância para que fossem esclarecidos além de formas de educar, também formas de pensar universalistas e inclusivos, pelo fato de antigamente a educação ser símbolo de riqueza onde só os ricos tinham acesso ao ensino superior, onde a educação era voltada simplesmente para a religião e sem possibilidade de escolha ou qualquer prática laica, a religião era ensinada e imposta aos alunos, sendo estes os pobres da época, os indígenas, entre outros; grandes exemplos de mudanças são por exemplo as decisões drásticas de Marquês de Pombal, a criação da Associação Brasileira de Educação e a criação da Lei de Diretrizes e Bases.

Para que essas mudanças pudessem surtir efeito, foram precisos diversos aperfeiçoamentos dentro de sala de aula, no comportamento dos professores, e isso se chama planejar a educação de forma a conseguir obter resultados de curto ou longo prazo.

Todo e qualquer planejamento é válido, tanto na área financeira e administrativa de qualquer que seja a organização, por mais que não tenha fim lucrativo; e na educação não é diferente, o planejamento é peça primordial para que o ensino esteja ligado constantemente à aprendizagem.

Existem diversos tipos de Planejamento que serão abordados no decorrer do trabalho, os quais ajudam na abordagem da educação de acordo com a necessidade da organização e com o desempenho dos alunos, para cada estilo de reação existem formas diferentes de planejar essa educação, visando repassar com qualidade o conhecimento, focando atingir algum objetivo específico ou simplesmente para manter o nível de qualidade dos alunos e da aprendizagem dentro de determinada instituição de ensino. O progresso da educação no Brasil se dá pela organização e planejamento, ou seja, toda e qualquer atividade de sala de aula planejada em todas as vertentes tem resultados bons a serem colhidos sempre.

Diante do exposto, questiona-se: o Planejamento utilizado no modelo de educação do IEMA-UP-AXIXÁ é percebido como eficaz pelos diferentes agentes educativos? Entende-se que algumas escolas, tentam usar o planejamento como um instrumento eficaz para o ensino, porém, ficam apenas no discurso, ou seja, na prática ainda é pouco utilizado ou ainda é feito de maneira tradicional. Portanto, foi despertado o interesse em pesquisar a eficácia do planejamento nessa instituição por tratar de uma escola de tempo integral e aderir um modelo novo de educação em nosso Estado.

O objetivo geral deste trabalho é verificar a eficácia do planejamento enquanto ferramenta essencial no processo ensino-aprendizagem, ou seja, mostrar para os leitores e possíveis usuários dessa informação, que por mais que seja empírico as formas de se planejar, esse ato é essencial para toda e qualquer atividade, não sendo diferente no meio educacional, onde existem diversas barreiras e contrariedades, como por exemplo, a falta de investimento por parte do governo, precisando assim se reinventar e melhorar ainda mais o planejamento, pois uma questão elementar colocada hoje é a valorização desse processo, é estar mobilizado para entendê-lo realmente como uma necessidade.

Precisamos mostrar os objetivos específicos do trabalho que são os caminhos para que o leitor chegue em uma conclusão das respostas para essa pesquisa, sendo eles: perceber a importância do planejamento para uma prática pedagógica eficaz de forma crítica; conhecer os tipos de planejamento existentes; frisar a importância da interferência

da Administração Pública para o bom planejamento na educação; perceber a relação existente entre o planejamento, a gestão democrática e a autonomia escolar; reconhecer a importância do PPP para o êxito na sala de aula e averiguar junto aos professores como acontece o planejamento dentro da citada Instituição de Ensino e quais os desafios existentes para sua realização dentro do ambiente escolar, visto que nos dias de hoje existem vários contratempos como a falta de comprometimento dos discentes, falta de recursos tecnológicos, por isso, procuramos saber dos entrevistados quais são esses entraves existentes nesse processo.

Em se tratando da organização do trabalho, esta dissertação foi dividida em tópicos, para isso achamos que a melhor forma de apresentar ao leitor é mostrar primeiramente a Introdução, em seguida dividi-lo em cinco capítulos, que serão expostos a seguir com uma breve explicação.

No capítulo 1 é apresentado as considerações gerais sobre Planejamento, ou seja, de forma geral mostra como funciona o Planejamento no Brasil e no mundo e de que forma ele age para se diferenciar de outras técnicas educacionais, podendo assim citar algumas fases em que o Planejamento e a educação surgiram no Brasil e como foram importantes para as mudanças que ocorreram durante a história do Brasil, desde a sua época de colônia, a forma em que se dividem nos dias de hoje e a forma com que são eficazes os estilos de planejamentos adaptados aos modelos de ensino utilizados dentro das escolas brasileiras, ficando os tópicos secundários da seguinte forma.

1.1 – Fatos Históricos na Educação.

1.2 – Tipos de Planejamento.

1.3 – A importância do Planejamento no ensino estratégico.

No Capítulo 2, cujo tema é a Educação e o Interesse Público, fizemos as pontuações para que fosse explanado da melhor forma os impactos que a Administração Pública causa na educação, visando a obtenção de um bom planejamento baseado no Orçamento Público para a educação aprovado pelo poder legislativo e colocado em prática, mostrando também a parte da educação em que é gerida e planejada de forma democrática, visando a obtenção de roteiros de trabalhos que tragam resultados eficientes, apresentando o papel do professor como agente de transformação, além da explanação sobre Projeto Político Pedagógico. Ficando o capítulo 2 da seguinte forma:

2.1 – Planejamento, Gestão Democrática e Autonomia Escolar;

2.2 – O professor como agente de transformação;

2.3– Projeto Político Pedagógico – uma elaboração Coletiva.

No capítulo 3 foi mostrada a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho, esta que serve como alicerce e que norteia a aplicação da escrita e da pesquisa que foi realizada, levando em considerações as escolhas metodológicas quanto ao local do estudo, as técnicas e instrumentos de coleta de dados, sujeitos da pesquisa, entre outras.

O capítulo 4 faz a análise e discussão dos resultados, onde é feito o agrupamento dos resultados obtidos com as ferramentas de coleta de dados, passando pelo processo de sintetização e análise, para que pudesse ser produzidas informações que repassem o conhecimento obtido ao leitor.

No capítulo 5, foi principalmente destacado o propósito final do trabalho que é a verificação da relação do planejamento com o ensino e com a aprendizagem, abordando os resultados obtidos nas pesquisas e as reflexões feitas após visto os resultados obtidos com a pesquisa.

CAPITULO 1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PLANEJAMENTO

Ao contrário da perspectiva liberal capitalista, planejar pode ser uma tarefa que inclui tanto a previsão das atividades em termos de organização e coordenação dos objetivos propostos quanto a sua revisão, avaliação e adequação no decorrer de sua realização, sendo também um momento de pesquisa e reflexão.

Como afirma Gandin (1985, p. 19):

- a) No planejamento temos em vista a ação, isto é, temos consciência de que a elaboração é apenas um dos aspectos do processo e que há necessidade da existência do aspecto execução e do aspecto avaliação;
- b) No planejamento temos em mente que sua função é a de tornar clara e precisa a ação de organizar o que fazemos de sintonizar ideias, realidade e recursos para tornar mais eficiente nossa ação;
- c) Temos como definitiva e em vivência a ideia de que todo o autoritarismo é pernicioso e que todas as pessoas que compõe o grupo devem participar (mais ou menos, de uma forma ou de outra), de todas as etapas, aspectos ou momentos do processo.

Neste sentido, é necessário adotar essas premissas para que o planejamento seja algo concreto e possível de realizar-se. As metas devem ser definidas e preparadas pelo grupo, fundamentadas em opções políticas pedagógicas e que tenham as seguintes funções, conforme afirma Libâneo (1994, p. 223):

- a) Explicitar princípios, diretrizes, e procedimentos do trabalho docente que assegurem a articulação entre as tarefas da escola e as exigências do contexto social e do processo de participação democrático.
- b) Expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político pedagógico e profissional e as ações efetivas que o professor irá realizar na sala de aula, através de objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas do ensino.
- c) Assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho docente de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina.
- d) Prever objetivos, conteúdos e métodos a partir da consideração das exigências impostas pela realidade social do nível e preparo das condições socioculturais individuais dos alunos.
- e) Assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente, uma vez em que torna possível inter-relacionar, num plano os elementos que compõem o processo de ensino: os objetivos (para que ensinar), os conteúdos (o que ensinar), os alunos e suas possibilidades (a quem ensinar), os métodos e técnicas (como ensinar) e a avaliação, que está intimamente relacionada aos demais.
- f) Atualizar o conteúdo do plano sempre que é revisto aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo de conhecimento, adequando-o às condições de aprendizagem dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados na experiência cotidiana.

g) Facilitar a preparação das aulas: selecionar o material didático em tempo hábil, saber que tarefas professor e alunos devem executar, planejar o trabalho frente às novas situações que aparecem no decorrer das aulas.

Percebe-se assim que o planejamento é um guia que orienta a prática pedagógica e que está sempre em movimento frente às condições reais que se apresentam. Desta maneira, para planejar é necessário que o professor esteja embasado por uma concepção de sociedade, escola e aluno que tem e que pretende formar e que se sirva dos conhecimentos do processo didático e das metodologias, bem como de sua própria experiência prática e cotidiana.

Nos últimos anos, a questão de como se ensina tem se deslocado para a questão de como se aprende. Frequentemente ouvia-se por parte dos professores, a seguinte expressão: “ensinei bem de acordo com o planejado, o aluno é que não aprendeu”. Esta expressão era muito comum na época da corrente tecnicista, em que se privilegiava o ensino. Mas, com o passar do tempo foi se refletindo sobre a questão da construção do conhecimento, o questionamento foi maior, no sentido da preocupação com a aprendizagem.

No entanto, não se quer dizer aqui que só deve se pensar na questão do aprendizado. Se realmente há a preocupação com a aprendizagem, deve-se questionar se a forma como se planeja tem em mente também o ensino, ou seja, deve haver uma correlação entre ensino e aprendizagem.

A aprendizagem na atualidade é entendida dentro de uma visão construtivista como um resultado do esforço de encontrar significado ao que se está aprendendo. E esse esforço é obtido através da construção do conhecimento que acontece com a assimilação, a acomodação dos conteúdos e que são relacionados com antigos conhecimentos que constantemente vão sendo reformulados e/ou “esquematisados na mente humana”.

Numa perspectiva construtivista, há que se levar em conta os conhecimentos prévios dos alunos, a aprendizagem a partir da necessidade do conflito, da inquietação e do desequilíbrio tão falado na teoria de Piaget. E é aí que o professor, como mediador do processo de ensino-aprendizagem, precisa definir objetivos e os rumos da ação pedagógica, responsabilizando-se pela qualidade do ensino.

Essa forma de planejar considera a processualidade da aprendizagem cujo avanço no processo se dá a partir de desafios e problematizações.

Para tanto, é necessário além de considerar os conhecimentos prévios, compreender o seu pensamento sobre as questões propostas em sala de aula. (XAVIER; ZEN, 2000, p. 117).

O ato de aprender acontece quando o indivíduo atualiza seus esquemas de conhecimento, quando os compara com o que é novo, quando estabelece relações entre o que está aprendendo com o que já sabe. E isso exige que o professor proponha atividades que instiguem a curiosidade, o questionamento e a reflexão frente ao conteúdo. Além disso, ao propiciar essas condições, ele exerce um papel ativo de mediador no processo de aprendizagem do aluno intervindo pedagogicamente na construção que o mesmo realiza.

Para que de fato isso aconteça, o professor deve usar o planejamento como ferramenta básica e eficaz, a fim de fazer suas intervenções na aprendizagem do aluno. É através do planejamento que são definidos e articulados os conteúdos, objetivos e metodologias são propostas, e maneiras eficazes de avaliar são definidas. O planejamento, portanto, é de suma importância para uma prática eficaz e também para a concretização dessa prática, que acontece com a aprendizagem do aluno.

Se de fato o objetivo do professor é que o aluno aprenda através de uma boa intervenção de ensino, planejar aulas é um compromisso com a qualidade de suas ações e a garantia do cumprimento de seus objetivos.

Ressalta-se assim que qualquer atividade sistemática, para ter sucesso, necessita ser planejada. O planejamento é uma espécie de garantia dos resultados.

E, sendo a educação, especialmente a educação escolar uma atividade sistemática, uma organização da situação de aprendizagem, ela necessita evidentemente de planejamento muito sério. Não se pode improvisar a educação, seja qual for o seu nível. A própria escola carece de planejamento, para atender ao que dela se espera.

Dentro da escola, todas as atividades, sejam as administrativas, sejam as educativas, ou qualquer outra, tem mister de planejamento sério e científico. Não só os currículos e programas, mas também as atividades docentes têm necessidade absoluta de planejamento.

1.1 Fatos históricos na educação

O início da convivência humana em sociedade obrigou as pessoas a terem um certo nível de conhecimento e cognição para que conseguissem interagir em sociedade,

tanto quanto sobreviver e poder conseguir manter-se dentro dessa sociedade. Durante vários anos a educação e o planejamento estão sofrendo mudanças e aperfeiçoamentos para que se enquadre com o tempo, com as mudanças que acontecem nas pessoas e em seus níveis de conhecimento, o planejamento e a educação tornam-se ainda mais importante, pois o planejamento está totalmente ligado a educação, a qual está em um processo contínuo de evolução, as formas com o que se entende o mundo e as mudanças é altamente atualizado, e quando algum assunto vez ou outra cai em defasagem, necessita imediatamente de atualização.

Desde a existência do ser humano, por este ser racional, a procura de conhecimento empírico já começou medindo riquezas e com negociações existentes na época, como a troca (escambo). Porém, as primeiras iniciativas educacionais têm como marco inicial a chegada dos Jesuítas no Brasil, uma das primeiras manifestações educacionais no Brasil foram feitas pelos Jesuítas que buscavam formar as pessoas com os seus pensamentos.

Estas situações aconteceram no período colonial onde houve várias situações históricas que revolucionaram as ações do povo brasileiro para que chegasse na forma de pensar que temos hoje, períodos esses como as Grandes Navegações, a Expansão Marítima e Comercial, a Ascensão da Burguesia e Absolutismo, a Crise do Catolicismo, a Reforma Protestante e a Contrarreforma, esses são alguns dos acontecimentos que ocorreram na época do Brasil colônia de Portugal.

O começo da educação no período colonial, veio por intermédio dos Jesuítas que praticavam atividades educativas com o intuito de repassar o ensino sobre religião e pensamentos sobre a vivência humana, existiam na época as escolas de primeiras letras e principalmente as escolas formadoras de sacerdotes que mostravam a ideia dos jesuítas de propagarem o seu pensamento na sociedade do período colonial.

Os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o Ratio Studiorum a sua expressão máxima (SANGENIS, 2004, p. 93).

Além da educação dos jesuítas, o período colonial foi marcado por mais alguns acontecimentos que fizeram com que a educação daquela época fosse expandida, por mais que ainda fosse uma coisa que só a nobreza tinha acesso em sua maioria, naquela época a forma de educação era praticamente toda voltada para a educação religiosa e um dos primeiros a receberem essa educação religiosa foram os índios com a chamada catequese indígena, os Jesuítas e as pessoas que os acompanhavam e tentavam arduamente ensinar aos índios os bons costumes, porém era muito difícil fazer com que todos os índios os acompanhassem, além dos custos na época para conseguirem educa-los na fé cristã e continuamente fazer com que mantivessem o pensamento que os Jesuítas comungavam.

A realidade não se mostrou tão favorável pois diante de todas as dificuldades para visitar as aldeias e sem supervisão os brasis voltavam rapidamente aos antigos hábitos. Não era difícil convertê-los o difícil era mantê-los na fé cristã. O missionário acreditando na universalização do catolicismo e pontua que os nativos “desejam ser cristãos como os outros, o que somente os impede são os custos de tirar-lhe os maus costumes, e nisso está toda a nossa fadiga e comprometimento” (NÓBREGA, 1988, p. 92).

A partir desta perspectiva se via a necessidade de mais mudanças na forma de educar os índios, surgindo assim a escolástica que na época pregavam mais ainda os valores cristãos na escola e a educação sobre o humanismo, ou seja, a escola começa a tratar sobre o ser humano e sua convivência, além de cultura e arte dentro de sala de aula o que foi uma revolução na época, visto que o que era tratado nas escolas eram simplesmente a educação religiosa voltada para as crenças dos jesuítas. O processo de transformação da educação daquela época foi se aperfeiçoando constantemente e uma das transformações foi a inserção do pensamento humanístico para dentro de sala de aula. Para Garin (2003, p. 218):

O humanismo havia descoberto que o objetivo da educação era formar o homem, dar-lhe sua liberdade no mundo, torná-lo senhor do reino que Deus lhe havia concedido. Mas, precisamente a fim de não diminuir essa liberdade tão paradoxal, ele atribui à educação a missão de liberar o homem, de não o definir nem o coagir, de dar-lhe todo o poder em relação à consciência de si mesmo. Educar o homem é torná-lo consciente de si mesmo, de seu lugar no mundo e na história. O estudo dos antigos e de sua língua deveria justamente servir a esse fim: levar o homem, para além de qualquer definição, a se sentir senhor de si mesmo.

Portanto, o pensamento humanista entrava na sala de aula para ser a chave de liberdade para o ser humano, porém as escolas e as mais profundas atividades educacionais

da época eram voltadas para pessoas que eram do alto escalão, a educação ainda não alcançava toda a população, mas sim, a minoria rica fazendo com que existisse um alto nível de analfabetismo mundial naquela época ainda com a educação voltada para coisas essenciais.

Outro marco importante para a educação no período colonial foi feito por um homem chamado Sebastião José de Carvalho ou simplesmente chamado de Marquês de Pombal, foi uma época em que houveram diversas mudanças no cotidiano do povo, onde houve a expulsão dos jesuítas feita por Marquês de Pombal, além dos aspectos educacionais Marquês fez diversas mudanças no sistema geral brasileiro como a mudança da capital Salvador para o Rio de Janeiro, criou novos impostos, criou companhias de comércio para melhor explorar as atividades da colônia e ainda aboliu a escravidão indígena.

Voltando para o aspecto educacional, Marquês de Pombal após a expulsão dos jesuítas torna a educação laica, ou seja, deixa de ser somente religiosa, inclusive impõe a língua portuguesa deixando de usar o antigo idioma utilizado na época, além da criação de escolas para um primeiro ensino público oficial com professores nomeados, recebendo recursos do governo daquela época, este que chamavam de subsídio literário, ou seja, o governo era responsabilizado pela educação pública.

Partimos para a educação no Império onde como em todo período que ficou marcado na história houveram diversas mudanças no arcabouço administrativo do governo e da sociedade no decorrer do tempo, mudanças inúmeras que podem ser resumidas na chegada da Família Real no Brasil, na independência do Brasil da qualidade de colônia de Portugal para ser um país independente, a Constituição de 1823 e das transformações culturais que ocorreram na época.

No império foram criadas várias instituições de pesquisas, algumas das quais continuam funcionando até hoje. Dentre tais instituições é possível citar o Museu Paraense, criado por Emílio Goeldi em 1885, o Instituto Agrônomo, criado pelo Governo Imperial em 1887, em Campinas. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo foi criado em 1873, por ato do Governo Imperial. Em Recife, dentre as muitas obras encomendadas, entre 1840 e 1846 ao engenheiro Francês Louis Vauthier, estava o Teatro Santa Izabel (NASCIMENTO, 1999, p. 32).

Naquele tempo foi revolucionário a forma com que foi incluída na Administração Pública a responsabilidade por educar a população, entretanto, o povo em geral não era beneficiado com a educação oferecida pelo alto escalão, além do povo de

menor poder aquisitivo por utilizar-se somente da educação básica, ficando assim sob posse da classe mais alta, ter acesso a educação do ensino superior, ou seja, só as pessoas que participavam do comando da sociedade naquele período podiam estudar no ensino superior, assim, somente as pessoas de maior expressão e poder poderiam ser os novos professores.

Ao que tudo indica, muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população. Aos limites políticos e culturais relacionados a uma sociedade escravista, autoritária e profundamente desigual, já amplamente discutido pela historiografia, é sempre necessário considerar a baixíssima capacidade de investimentos das províncias (FARIA FILHO, 2000, p. 145).

Por essa perspectiva de extensão da educação foram se propagando a ideia de que essa era uma forma de libertar o homem perante a sociedade, e que o discernimento era uma revolucionária forma de formar as pessoas naquela época, no entanto o ensino ainda se concentrava na minoria e tinha como principal foco a elite e o estilo propedêutico, ou seja, primar pelo ensino superior para a classe alta e deixar o ensino básico e alfabetizado ao povo em geral para que sejam ensinados as atitudes que seriam tomadas na época do Império, quanto as regras estabelecidas pela Coroa.

Após a divisão em províncias, houveram também as mudanças no ensino e em sua constituição, dividindo-se em 3 níveis fundamentais: o ensino elementar, em que se aprendiam as primeiras letras e a conhecer o idioma português de forma inicial; o ensino secundário é voltado para a consolidação do conhecimento da língua portuguesa e o desenvolvimento da fala para o trabalho na exploração do comércio na época; e o ensino superior que era totalmente voltado para a formação de docentes para que fosse abrangida uma maior quantidade de pessoas beneficiadas com esse novo modelo educacional. O governo ficou responsável pelo desenvolvimento do ensino superior, pela formação de novos docentes na época e pelo pagamento dos professores por meio do subsídio literário, além disso depois de um determinado período foi criado o colégio Dom Pedro II, essa escola que era mantida com recursos do governo e curiosamente não atendia simplesmente o ensino superior como atendia os ensinos elementares e secundários da época.

A instrução constitui elemento vital das sociedades modernas; ela é a primeira condição de qualquer progresso material e moral, porque ela é sua luz como a liberdade é sua atmosfera. Todas as instituições dela dependem, pelo jogo regular de seu mecanismo, sobretudo aquelas que estão ligadas de um modo

imediatamente e essencial à vida política e social das nações; porque, à medida que cresce seu fundo científico, os povos descobrem novos horizontes e marcham mais seguramente em busca de seu ideal de perfectibilidade, reformando o presente, preparando o futuro e melhorando cada vez mais as condições de sua existência. (CARVALHO, 1942 *apud* ALMEIDA, 1989, p. 182).

A instrução naquele período já era tida como peça fundamental e encontrada nos principais focos de conversas e planejamentos da Administração Pública, além de ser considerada objeto de desejo e símbolo de riqueza. Após a criação da escola Dom Pedro II foram feitas diversas reformas dentro do já criado sistema público de ensino que foram idealizadas por Leôncio de Carvalho, tais como a liberdade de ensino, a liberdade de frequência, a liberdade de credo religioso que foi muito marcante por ter sido a religião o primeiro estímulo educacional na época, criação de escolas normais, houve ainda a inserção de escravos nas escolas e ainda as tendências positivas

Chegamos à educação republicana, ou seja, a época em que a educação foi adaptando-se às mudanças e aperfeiçoando-se para que chegasse ao nível de conhecimento e organização que temos hoje. No início a educação republicana tinha várias características ultrapassadas, onde a elite ainda comandava a formação de docentes e que a classe mais baixa conseguia somente educar-se nos níveis mais baixos de educação.

Os fatores atuantes na organização e evolução do ensino, quais sejam o sistema econômico, a herança cultural, a demanda social de educação e o sistema de poder permaneceram durante o período que antecedeu a década de 20, integrados na formação de um complexo sócio-econômico-político-cultural que fez com que a educação ofertada à população brasileira correspondesse às reais exigências da sociedade então existente (ROMANELLI, 1997, p. 45).

Esse processo de atualização do sistema educacional no Brasil foi aperfeiçoado por diversas épocas diferentes até chegar na educação republicana e até nos dias atuais, foram diversas alterações e dificuldades para que o sistema educacional fosse o sistema completo que temos hoje, onde crianças, jovens e adultos conseguem acesso à educação de forma gratuita e generalizada, mais uma mudança entre tantas foram o período em que a educação foi realizada pelo sistema anarquista. “Os alunos dessas escolas - apenas meninos eram admitidos – entravam ainda pequenos e eram submetidos a um rígido controle, que não se limitava às aulas, mas se estendia a toda e qualquer atividade, mesmo a mais simples e cotidiana”. (CORREA *apud* OLY PEY, 2000, p. 54).

Naquela época existiam diversos grupos anarquistas que tinham suas visões e pensamentos sobre a educação, essa que era adaptada de acordo com as crenças e

divergências na sociedade, e que assim dava a educação uma cara mais liberal e universal. Surgiu também nesse período, a Associação Brasileira de Educação uma sociedade civil composta por professores e interessados para discutir assuntos voltados a educação, como a política usada em salas de aula, sobre a publicação de trabalhos científicos, a formação de grupos de estudos etc.; o intuito da instituição foi regulamentar e discutir esses assuntos voltados ao bem estar do sistema educacional daquela época, além de pressionar o poder público por melhorias na educação e na forma como era organizada a formação de novos docentes.

Um dos mais novos acontecimentos históricos foi a criação de um dispositivo legal que ajudou muito para que a educação esteja com o arcabouço atual e com o sistema de educação básica, média e superior com a qualidade de ensino e variedade de professores qualificados que temos hoje Brasil a fora. Esse dispositivo legal foi a Lei nº 9.394 ou Lei de Diretrizes e Bases, esta é a lei que regulamenta todo o sistema educacional nacional da educação básica ao ensino superior com características marcantes como a descentralização do poder de controle do já criado Ministério da Educação (MEC), dando autoridade para órgãos estaduais agirem em torno da educação.

1.2 A importância do planejamento para o ensino

Para que a aprendizagem de fato aconteça, é necessário que haja um bom planejamento, adequando-se com o que se deseja alcançar. É importante que na elaboração do planejamento o pensamento seja voltado exclusivamente para o educando, pois conhecendo a realidade em que ele vive, se obterá conclusões de quais as necessidades e prioridades precisam no primeiro momento serem trabalhadas, e assim buscar meios que favoreçam o objetivo que se pretende alcançar, sanando as necessidades encontradas.

O planejamento é um guia importantíssimo para a ação docente, pois ele direciona o professor para uma melhor prática pedagógica, ele facilita uma melhor organização do que deverá ser ensinado, proporcionando de forma significativa um melhor desenvolvimento de aprendizagem ao educando, assegurando-lhe a construção de um saber articulado. Compreendendo que o planejamento é um norteador para o processo de ensino e aprendizagem, entende-se que o planejamento é essencial para o desenvolvimento do

educando, pois ele direciona um melhor trabalho, buscando meios eficazes para uma melhor obtenção de resultados.

Desta forma, o planejamento permite o sucesso na qualidade de ensino aos educandos, garantindo melhorias nas experiências de ensino e aprendizagem, pois através dele o docente se organiza e encontra suporte para gerenciar melhor o seu trabalho.

Para que o professor desenvolva bem suas aulas ele precisa ter conhecimento do que irá ensinar, para que ele possa não só se sentir seguro, mas passar essa segurança também ao seu aluno. Suas aulas deverão ser bem elaboradas, os conteúdos repassados devem se apoiar em uma ótima metodologia, para que o educando se sinta incluído e consiga progredir no processo de ensino aprendizagem. Uma aprendizagem significativa diz respeito a um trabalho bem feito, bem desenvolvido, é o resultado de melhorias na construção do conhecimento e na qualidade da educação do educando.

Entendemos, que a falta do planejamento pode prejudicar o processo de ensino e aprendizagem, pois sem ele não haverá um caminho traçado para uma prática eficiente. A sua ausência pode gerar aulas desorganizadas, entediadas e improvisadas fazendo com que o educando se sinta desmotivado e desinteressado em aprender, pois não obterá proveito de nada, tendo como consequência a ineficácia na qualidade do ensino, gerando resultados negativos para a aprendizagem do educando.

Portanto, é importante que todo professor tenha como suporte de ensino o seu planejamento, para que suas aulas sejam satisfatórias e possam contribuir para o desenvolvimento e crescimento do educando. Fazendo o uso de uma boa didática, o educando irá responder aos resultados pretendidos, garantindo o sucesso na sua formação.

Segundo Libanêo (1994, p. 225): “O professor serve, de um lado, dos conhecimentos do processo didático e das metodologias específicas das matérias e, de outro, da sua própria experiência prática”.

Para que este tenha recursos intelectuais disponíveis a serem utilizados em sala de aula, o professor precisa participar de capacitações, novas experiências, dar continuidade no processo de formação continuada, no fim quem receberá maior benefício é o aluno que terá a oportunidade de aprender de forma diversificada e com maior nível de conhecimento.

Falar de planejamento é falar de atitudes controladas para se chegar em um determinado objetivo dentro do qual se controla os riscos e se determina metas para cada

departamento criado dentro das organizações, isso é o que acontece dentro das escolas e das secretarias responsáveis pela educação em cada região.

O planejamento como ferramenta de gestão não é encontrado somente na questão educacional como em toda organização empresarial que possuem metas e que possuem uma boa gestão de custos e fluxo de entradas e saídas de recursos por mais que sejam de forma básica, são diversos os tipos de planejamento existentes na sociedade atual, um deles é o planejamento estratégico que auxilia na gestão de empresas de grande porte pelo Brasil.

[...] o planejamento implica fundamentalmente em traçar o futuro e alcançá-lo, sua essência consiste em ver as oportunidades e problemas do futuro e explorá-los ou combatê-los conforme o caso. O planejamento é um processo que começa com a determinação de objetivos; define estratégias, políticas e detalha planos para consegui-los; estabelece um sistema de decisões e inclui uma revisão dos objetivos para alimentar um novo ciclo de planificação. (CHIAVENATO, 1987, p. 275).

Com isso é de fundamental importância para o desenvolvimento de qualquer sociedade, desde a sociedade empresária que busca sempre a obtenção de lucro pelo fornecimento de mercadorias e serviços ou as sociedades criadas com propósitos diferentes destas, ou seja, algumas com propósitos de atingir beneficentemente a sociedade como associações, casas de apoio, entre outras que por mais que não tenham objetivos financeiros específicos, precisam de muito planejamento e jogo de cintura para conseguir administrar os recursos de forma correta e atingir o seu principal foco.

O planejamento normalmente utilizado dentro das empresas que buscam a obtenção de lucro é o chamado planejamento estratégico e se divide em três principais características que se divergem, ou seja, cada característica mostra as partes principais do ambiente de trabalho; pois é adaptada a cada setor ou departamento da organização empresarial, no momento em que estão agindo gerencialmente as atividades desenvolvidas dentro da empresa pela parte administrativa e gerencial, a parte de hierarquia mais baixa faz a parte operacional da empresa, ou seja, a atividade fim, finalmente e curiosamente após a análise dessas ocasiões o alto escalão, a hierarquia mais alta da empresa consegue tomar decisões assertivas.

De acordo com o pensamento de Oliveira (2009):

O planejamento estratégico em sua elaboração possui três dimensões operacionais: o delineamento, a elaboração e a implementação. O delineamento compreende a estrutura metodológica do processo, bem como o profissional que irá auxiliar na elaboração, podendo ser um consultor ou um executivo da empresa. A elaboração fica com a obrigação de identificar as oportunidades e as ameaças do ambiente, avaliar os pontos fortes e fracos e sua capacidade de retirar vantagens das oportunidades, explicitar os objetivos e as metas a serem alcançadas e também desenvolver maneiras para realização das estratégias. Enquanto que a implementação envolverá os assuntos organizacionais, o sistema de informação, orçamentário, sistemas de incentivos, o treinamento e liderança necessária para desenvolver o processo e colocá-lo em prática. (OLIVEIRA, 2009, p. 39)

Esse planejamento retratado pelo autor é o que auxilia a empresa ou qualquer outro tipo de organização a chegar em seu triunfo, porém, a parte mais difícil desse processo organizacional e de execução é a conscientização das pessoas envolvidas e o acompanhamento dos gestores quanto ao resultado obtido, assim podendo sempre controlar as ações subsequentes de acordo com cada resultado obtido, verificando os pontos fortes e fracos de cada ação e o desempenho de cada departamento dentro do ambiente empresarial usando estratégias corporativas e científicas para que obtenham o melhor aproveitamento dos recursos que possuem.

Estratégia é a ação ou caminho mais adequado a ser executado para alcançar, preferencialmente de maneira diferenciada, os objetivos, desafios e metas estabelecidos, no melhor posicionamento da empresa perante seu ambiente. É importante estabelecer estratégias alternativas para facilitar as alterações dos caminhos ou ações de acordo com as necessidades. (OLIVEIRA, 2009, p.53).

A estratégia é uma das principais formas de se conseguir chegar a um denominador comum dentro de qualquer que seja o tipo de empresa que estamos trabalhando. Se estamos trabalhando com prestação de serviço de manutenção de veículos automotores, por exemplo, devemos pensar no que afetará financeiramente o nosso serviço e ambientalmente para não ocasionar problemas com o fisco, precisamos saber qual o custo de cada manutenção, desde o tempo gasto com cada mão de obra e o produto utilizado nesta com lubrificantes, produtos detergentes de limpeza de peças, e o que esse tipo de produto pode afetar ao ambiente em que a oficina está localizada no curto e no longo prazo. Se o trabalho for venda de mercadoria precisamos conhecer o custo da venda da mercadoria, ou seja, encargos de frete e de circulação de mercadoria na fronteira entre os estados, gastos com a entrega dos produtos, formação de preços, entre outros, tudo isso para se conseguir tomar decisões sobre o seu nicho de mercado e obter melhores resultados.

Assim como nas escolas e nas secretarias e entidades de gestão escolar, as empresas que possuem fim lucrativo adotam o planejamento como arma para que se consigam chegar em um determinado objetivo, um objetivo dentre tantos que tem um empreendedor, o principal é obter destaque no mercado e dentro de um determinado período conseguir atingir o patamar das grandes empresas que estão naquele momento com uma grande abrangência no mercado e servem de inspiração. Esse tipo de ensinamento e visão empreendedora deve ser exposto em sala de aula, inclusive o pensamento de que o planejamento é a chave do sucesso de todo grande negócio, até mesmo sucesso quando o assunto não é empresarial.

Como diria Seelig (2005), a educação empreendedora tem sido assunto principal dentro das instituições de ensino espalhadas pelo mundo, onde cada uma dessas Instituições de Ensino está focada em seus contextos regionais. Em meio à regiões sem perspectivas de empreendedorismo e sem as tradições empreendedoras, as universidades enfrentam o desafio de iniciar esse processo, encontrar educadores experientes e reunir os recursos necessários para tal; em outras regiões a educação empreendedora é vista como uma ferramenta para estimular o desenvolvimento econômico, onde existem também regiões onde a educação empreendedora é recente e em fase de experimentações ao mesmo tempo em que já existe uma rede global de educadores de empreendedorismo que permite compartilhar melhores práticas.

As perspectivas com esse tipo de abordagem em sala de aula é que o aluno tenha um pensamento muito mais abrangente e revolucionário para as oportunidades que surgem com o decorrer do tempo e ajuda a tornar um mundo melhor, visto que o empreendedorismo ligado ao planejamento é totalmente essencial para a mudança no cotidiano social, desta forma, qualquer ideia que sai do papel e que vira um negócio de sucesso, além de trazer opção de compra e venda para a população local seja de produtos ou de qualquer que seja a prestação de serviços, gera fluxo de recursos dentro da sociedade em que o empreendimento está localizado no meio físico ou virtual, o que também gera emprego e renda para a população por meio da demanda conseguida.

A função do empreendedor é reformar ou revolucionar o padrão de produção explorando uma invenção ou, de modo geral, um método tecnológico não experimentado para produzir um novo bem ou um bem antigo de maneira nova, abrindo uma nova fonte de suprimento de materiais ou uma nova comercialização para produtos, e organizando um novo setor. (SCHUMPETER, 1952, p.72.).

A atitude empreendedora é necessária na sociedade atual para que se consiga atingir um nível de conhecimento e de atitudes que aumentem o nível das pessoas e das perspectivas de crescimento da sociedade, visto que as pessoas são totalmente parecidas em atitudes e em formas de pensamento, por agirem em níveis iguais de comportamento. No entanto, as pessoas que procuram diferenciação cognitiva, comportamental e outros caminhos para diferenciar-se das demais pessoas sempre estão em altos patamares e com mais possibilidades de crescimento.

Os recursos para financiamento da educação pública têm como principal origem os cofres públicos, no entanto, os recursos públicos são controlados e passam por diversos processos para que sejam efetivamente despejados dentro da sociedade especificamente na educação. Processos estes que são inúmeros e que servem para fundamentar legislações e princípios constitucionais, como a legalidade que preza para que se tenham normas na sociedade e o setor público que precisa de uma atenção bem maior e para que os recursos utilizados pela coisa pública sejam alvos de muita fiscalização e que só podem ser gastos em assuntos previamente acordado com o fisco, seja por processos licitatórios ou por alguma inexigibilidade ou dispensa legal.

Segundo Meirelles (2011, p. 287):

Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse, inclusive o da promoção do desenvolvimento econômico sustentável e fortalecimento de cadeias produtivas de bens e serviços domésticos. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.

Por sempre procurar a proposta mais vantajosa para a coisa pública, a Licitação se torna um trunfo para que não haja prejuízo na Administração Pública e muito menos desperdícios, um exemplo da atividade de Licitação é que no caso de compra, o setor público estará sempre verificando o custo benefício dos produtos ou serviços para que seja adquirido o produto que se encaixa ao que a Administração Pública precisa e no mais baixo preço possível. Porém, quando o ente público trabalha com o leilão, ele considera vender os bens inservíveis para a administração, o que ao invés de custos com armazenamento e manutenção do bem inservível, ele vire receita para custear a máquina pública para amparar o funcionamento dos setores que compõem o ente público quanto a

débitos pessoal, débitos administrativos, custos operacionais para o bom funcionamento da máquina pública.

Para Alexandrino e Paulo (2013, p. 576):

Licitação traz a ideia de disputa isonômica ao fim da qual será selecionada a proposta mais vantajosa aos interesses da administração com vistas à celebração de um contrato administrativo, entre ela e o particular vencedor do certame, para a realização de obras, serviços, concessões, permissões, compras, alienações ou locações.

Com isso as pessoas envolvidas na Administração Pública precisam estar sempre qualificadas para lidar com as controvérsias das legislações aplicadas ao setor público e ao processo licitatório, podendo citar assim a Lei 8.666, que trata sobre esses processos licitatórios e a Lei 4.320, que trata sobre o direito financeiro e sobre alguns procedimentos que acontecem no setor público, outra lei indispensável para os gestores e chefes do executivo é a Lei complementar 116 que trata sobre o imposto, sobre serviço de qualquer natureza. Cabe ainda citar as leis das atividades imobiliárias e IPTU, sobre leis previdenciárias e leis que trazem benefício para a população e transparência para o setor público, o que faz com que o dinheiro seja gasto da melhor forma possível, atendendo às necessidades da população local e conseguindo dar emprego e renda para as pessoas, o que será possível quando os empreendedores conseguirem participar dos processos licitatórios.

Para que se chegue no processo licitatório são necessários alguns procedimentos para que se consiga atingir o público final. Esses procedimentos se originam principalmente da arrecadação de tributos como o IPVA, IPTU, ISS, ICMS, PIS e COFINS que são recolhidos por pessoas físicas e jurídicas por diversos os fatos geradores. Pagamos imposto pela nossa prestação de serviços, pela circulação de mercadorias, pela posse de veículo automotor, entre outros vários fatos que ocasionam a compulsoriedade do povo brasileiro de recolher os tributos; em uma outra visão, os impostos, taxas e contribuições que são repassadas para o poder público deveriam ser revestidos em benefícios a sociedade, mesmo com princípios tributários que vedam a vinculação de uma arrecadação de tributo em um determinado benefício.

Sendo assim, são várias as receitas do setor público, seja pela arrecadação tributária, seja por alienação de bens, seja pela prestação de serviços públicos, ou seja, por repasses de órgãos de maior hierarquia, porém, a maior parte dos recursos que compõem a receita pública são de origem tributária, alguns tributos, por exemplo, buscam alguns fins

específicos como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o primeiro tem como finalidade o financiamento do Seguro Desemprego e ao Abono Salarial dos Trabalhadores e o último tem como finalidade o financiamento da Seguridade Social, esta composta por Saúde, Previdência e Assistência Social.

A saúde da população é atingida e resolvida por esse pilar da Seguridade Social, independentemente de contribuição; já no pilar Previdência Social que é regido pelo INSS, necessita de contribuição para que as pessoas possam ser abrangidas pelos benefícios previdenciários; e por último o pilar Assistencial que usa dos recursos públicos para atingir a população, principalmente as pessoas que se encontram em situações de menor qualidade de vida.

Esses tipos de recursos são entregues a população em forma de retribuir a carga tributária que é suportada pela população, além do setor público, outras entidades externas são responsáveis por ajudar a educação no seu funcionamento e no planejamento feito por todas as secretarias, órgãos esses como o UNICEF, PNUB, temos programas como o PROEB, FUNDEB, entre outros programas.

Para que os recursos essenciais para funcionamento do setor público cheguem de verdade ao público final, que é a população que carece de atenção dos governantes, é preciso além do processo licitatório alguns outros processos que são essenciais para que os recursos fluam em todos os trâmites. É necessário que todos os gestores tenham noção sobre os trâmites, e que a gestão pública municipal seja fator principal no amparo à educação das pessoas que necessitam das secretarias e escolas da rede pública educacional. Dentre esses trâmites temos que esclarecer o que representam as peças orçamentárias dentro do poder público, essas peças são 3: o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Plano Plurianual (PPA) é a peça orçamentária que ajuda o ente público a fazer as previsões organizadas das possíveis receitas que possivelmente serão auferidas e consequentemente fixar as despesas que serão necessárias para o bom funcionamento da sociedade abrangida e para manter o funcionamento normal da coisa pública. É com essa peça que o governo poderá orçar quanto será necessário que seja gasto para que a educação seja financiada durante um período de 4 anos.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) mostrará para o governante como deve ser feito o planejamento dentro do planejamento global feito para quatro anos no PPA, definindo as prioridades da gestão naquele determinado exercício e ainda podendo prevenir-se quaisquer eventualidades.

A LDO é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual, ou seja, é um elo entre esses dois documentos. (BARBOSA, 2015).

Após a verificação do atendimento da legislação vigente que regulamenta os processos de orçamento nos órgãos públicos e as prioridades traçadas por cada departamento da Administração Pública local, ou seja, as Secretarias de educação, saúde, esporte e lazer, entre outras secretarias fazem as suas previsões de gastos para que seja por fim criada e protocolada a proposta orçamentária.

Por fim, a Lei Orçamentária Anual (LOA), é o caminho a ser seguido pelo gestor público e que não deve ser desobedecido, exceto em casos extremos, por isso a sua importância. Após toda essa refinada na informação que deverá conter na proposta orçamentária ela é lançada para votação dos responsáveis por estar com todas as dotações orçamentárias necessárias para o bom funcionamento da máquina pública e para o bem-estar social.

A Lei Orçamentária Anual, de acordo com a Lei 4.320/64 no seu art. 2º, trata que, “a Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade”.

Para Kohama (2013, p.49), “O Ciclo Orçamentário é a sequência das etapas desenvolvidas pelo processo orçamentário”. E são etapas desse ciclo as seguintes:

- a) Elaboração;
- b) Estudo e aprovação;
- c) Execução e;
- d) Avaliação.

A Elaboração consiste no estudo para a formação e quantificação das receitas e despesas previstas para o exercício correspondente, cabendo ao setor de Contabilidade ou

algum outro setor competente estimar com base nas demonstrações ou previsões com bases fundamentadas das receitas e despesas prováveis.

Estudo e Aprovação diz respeito a etapa de responsabilidade do poder Legislativo de analisar o projeto de lei enviado pelo poder executivo nos prazos estabelecidos e devolvidos pelo Legislativo em seus também respectivos prazos.

O poder legislativo deve levar em consideração os benefícios do orçamento para com a sociedade, analisando os efeitos que este trará no exercício seguinte para o bem da sociedade, no que diz respeito a políticas públicas e os benefícios trazidos.

A Execução está relacionada a prática da Lei Orçamentária Anual, ou seja, o Orçamento Público, dando ênfase nas diretrizes estabelecidas na lei, levando em consideração a Receita que será arrecadada e os dispêndios que precisarão ser feitos para que os objetivos sejam totalmente alcançados.

Avaliação consistirá exatamente na avaliação da administração e execução dos trabalhos fixados na lei orçamentária, tendo em vista medir a eficiência e eficácia das movimentações. Conferir se as Receitas arrecadadas tiveram suas destinações bem elaboradas e principalmente se a sociedade foi beneficiada nessa relação.

1.3 Tipos de planejamento

O planejamento é um processo que desenvolve um trabalho importantíssimo em diversas áreas do conhecimento, ele está relacionado a ação de organizar, criar, formular e fazer o uso detalhado de estratégias, a fim de chegar, ou seja, alcançar um objetivo proposto.

De acordo com Luckesi (2010, p. 115):

Planejar, como todos os outros atos humanos, implica escolha e, por isso, está assentado numa opção axiológica. É uma “atividade meio”, que subsidia o ser humano no encaminhamento de suas ações e na obtenção de resultados desejados, e, por tanto, orientada por um fim. O ato de planejar se assenta em opções filosófico-políticas; são elas que estabelecem os fins de uma determinada ação. E esses fins podem ocupar um lugar tanto no nível macro como no nível micro da sociedade. Situe-se onde se situar ele é um ato axiologicamente comprometido.

O planejamento é um instrumento que tem como finalidade principal possibilitar uma melhor organização, um melhor desenvolvimento de um determinado

trabalho. Mas, para que ele possa funcionar e garantir o alcance de um objetivo, ele precisa ser desenvolvido e colocado em prática de forma bem clara e organizada, para que assim, todo o processo que está contido no plano seja compreendido e realizado por todas as pessoas que terão acesso a esse documento.

De acordo com Oliveira (2007):

O ato de planejar exige alguns aspectos básicos a serem considerados, um primeiro aspecto é o conhecimento da realidade daquilo que se deseja planejar, quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas; para que o planejador as evidencie faz-se necessário fazer primeiro um trabalho de sondagem da realidade daquilo que ele pretende planejar, para assim traçar finalidades, metas ou objetivos daquilo que está mais urgente de se trabalhar. (OLIVEIRA, 2007, p. 27)

O planejamento constitui-se de objetivos, conteúdos, metas, estratégias, atividades, ações, tudo o que se pretende realizar para atingir um objetivo, ou seja, um resultado final. Porém, para que o planejamento passe pela elaboração e conquiste o almejado, quem irá planejar deve primeiro fazer um diagnóstico da realidade das pessoas envolvidas, buscando informações detalhadas que servirão como apoio para a construção do planejamento, possibilitando um melhor conhecimento do que será desenvolvido e posto em prática, organizando assim, as ações necessárias que serão desenvolvidas no intuito de atender às necessidades da realidade existente, evitando o desvio da mesma.

No entanto, é importante destacar que a construção de um bom planejamento pode favorecer não só aquele grupo de pessoas, em que foi pensado e definido ações em cima da realidade deles, mas também pode servir como base para outros planejadores que possam se interessar em aplicar as práticas e executar o plano já existente. Desta forma, o planejamento precisa ser objetivo e deve ser realizado de forma clara e organizada, pois outras pessoas terão acesso e poderão querer colocar em prática as ideias contidas no documento. No entanto, é importante refletir sobre a construção do planejamento, pois ele precisa ser desenvolvido com coerência e objetividade facilitando uma melhor compreensão para as pessoas que desejam fazer o uso desse documento.

Acreditar na mudança requer esforço, determinação, é preciso seguir adequadamente o que foi traçado e organizado para conquistar a mudança necessária. A necessidade de planejar parte do desejo de mudança da realidade, é o momento que paramos para tomar decisões futuras, que refletimos sobre crescimento, qualidade,

possibilidade de resultados melhores, e é com base nessa mudança que partimos para o planejamento, com o interesse de garantir a concretização de melhores resultados.

O planejamento é uma busca constante por mudanças melhores, é uma ferramenta que tem fundamental importância dentro de qualquer organização. O uso dele tem grande importância para o direcionamento e realização de um trabalho, pois ele funciona como um guia, que determina o passo a passo de como conquistar algo que foi pensado e planejado anteriormente. Nesse sentido, o planejamento entra como foco principal, viabilizando os meios facilitadores para que a mudança ocorra, é o momento de definições, de decisões, é o momento que é preciso refletir sobre as necessidades, prioridades, onde é preciso acontecer a mudança, quais os meios para realizar essas mudanças e quais os passos para conquista-la.

No entanto, vale destacar que nem tudo o que se planeja, o que se pretende fazer, é realizado ou alcançado de forma eficaz, por isso é de fundamental importância o envolvimento de todas as pessoas participantes desse planejamento não só na prática das ações, mas também na elaboração deste planejamento, nos debates e definições do mesmo, e que possuam uma visão inteligível e clara, para juntos dá o melhor direcionamento as ações que serão desenvolvidas, buscando eficiência e conquistando o resultado pretendido.

Em suma, a flexibilidade no planejamento é essencial, pois nem sempre ele irá se adequar ao esperado, a realidade, imprevistos podem surgir e é nesse momento que é preciso fazer um diagnóstico, fazer uma avaliação do que foi planejado e colocado em prática, e daí tentar fazer a mudança necessária. É importante compreender que a flexibilidade no planejamento aumenta ainda mais a sua eficácia, pois por mais que o planejamento esteja bem formulado, poderá existir estratégias que precisarão ser reajustadas, sofrer algumas modificações para que o planejamento não se desvie do resultado esperado, proporcionando de forma positiva a transformação do que se pretende alcançar, conquistando a mudança que se deseja.

- Planejamento educacional

O planejamento educacional é de fundamental importância para o melhor aproveitamento dos recursos para a educação nos exercícios, esse planejamento requer uma visão extra educacional. Para que seja gerado com eficácia, o planejamento educacional é feito com o pensamento à longo prazo, ou seja, a margem de erro nesse tipo de

planejamento tem uma grande probabilidade de ser alta pelo alto índice de instabilidade da educação pública brasileira, principalmente em se tratando da iniciativa pública.

De acordo com o pensamento de Vasconcelos (1997):

O Planejamento educacional é o planejamento de maior abrangência, pois todos os outros estilos de planejamentos são bem específicos na sua área de atuação, como o planejamento tributário que proporciona às pessoas físicas e jurídicas uma forma de controlar os seus gastos nos aspectos tributários por meio do planejamento e pelo estudo na legislação tributária, já o planejamento educacional precisa além de aperfeiçoar o que é repassado dentro de sala de aula é ressignificar a educação para que os alunos absorvam o máximo possível, precisam também entender os fenômenos comportamentais, cognitivos e de coordenação dos alunos, correspondendo ao planejamento que é feito em nível estadual, municipal e federal. (VASCONCELOS, 2000, p. 13)

Sendo assim, temos o planejamento educacional como o mais amplo, é aquele que compreende todo o sistema de educação de um país, e que diz respeito ao direcionamento das ações administrativas pela busca de melhores alternativas para o desenvolvimento e avanço na educação. Configura-se em três níveis; nacional, estadual e municipal, que amparam as políticas prioritárias para a educação selecionadas pelos governantes de cada um dos níveis administrativos. O planejamento educacional é a atividade que permite às autoridades públicas orientar o desenvolvimento educacional, estabelecendo prioridades a serem desenvolvidas, na busca de analisar, pesquisar e encontrar medidas eficientes para um melhor crescimento e qualidade em todos os âmbitos educacionais.

As administrações são as principais responsáveis pela realização do planejamento educacional, trabalham na perspectiva de encontrar avanços para a educação em nosso país, seja através de implementação de programas ou até mesmo reformas nas instituições educacionais. Com os programas que já vem sendo implantados no ensino médio, o planejamento educacional vem atingindo um destaque cada vez maior, pela sua eficácia, pois os cursos que são oferecidos aos alunos possibilitam uma melhor preparação e ajuda os mesmos a ingressar em uma faculdade. Um bom planejamento educacional permite o desenvolvimento de toda uma nação, pois organiza ações eficientes para o alcance de resultados futuro, bem melhores.

O planejamento educacional é feito pelas administrações. A administração federal é responsável pelo planejamento nacional que envolve a educação de todo o país, as secretarias estaduais são responsáveis pelo planejamento educacional dos estados e as

secretarias municipais pelos seus respectivos municípios. O planejamento educacional é o de maior amplitude, o mais extenso, que engloba as grandes políticas e as grandes ações que são desenvolvidas no sistema educacional nacional, estadual e municipal.

Para Libâneo, (2004, p. 221), “É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”.

O planejamento educacional que é feito dentro das salas de aula e constantemente remodelado, é uma tarefa que envolve toda a gestão de uma escola, que compreende todas as decisões pedagógicas e administrativas que a escola precisa seguir. É planejado e elaborado com a participação de toda a equipe escolar, funcionários, professores, pais, alunos, equipe pedagógica e direção, discutindo e decidindo as atividades futuras da escola. Essas tomadas de decisões e tarefas são constituídas dentro do plano, almejando um melhor desenvolvimento dentro do âmbito escolar, no que diz respeito ao avanço da educação.

Neste mesmo contexto se usa o planejamento educacional dentro do ambiente escolar, o planejamento escolar é planejado e realizado por toda a equipe escolar, é o planejamento da escola, que esboça as intenções da instituição de ensino sobre o que se quer alcançar, quais as propostas e metas que se pretende atingir, como irá direcionar o trabalho dentro da instituição. Esse trabalho precisa ser desenvolvido com democracia, envolvendo a participação de toda a comunidade escolar, para juntos elaborar as ações que serão desenvolvidas na escola. Assim, as decisões serão partilhadas e discutidas de forma compartilhada, a fim de buscar as melhores alternativas para o avanço escolar.

Todavia, para que o planejamento conquiste o resultado esperado, é importante que todos estejam envolvidos neste processo, para que assim sejam diagnosticados os problemas e apontadas às soluções necessárias para o melhor desempenho do planejamento dentro da educação. A gestão escolar precisa identificar as principais necessidades da escola, quais as prioridades principais, para que as metas sejam atingidas com sucesso.

É importante salientar como referência dentro do planejamento escolar, o Projeto Político Pedagógico (PPP), que deve ser produzido por todas as escolas, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde irá prevê todas as ações que serão desenvolvidas em todas as áreas da gestão escolar, com o objetivo de fazer com que toda a comunidade escolar consiga transformar a sua própria realidade e possa atingir o seu

potencial máximo, de forma que se adeque a realidade existente contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos alunos.

Cabe ressaltar que o Projeto Político Pedagógico nem sempre será o mesmo documento do planejamento escolar, às vezes as instituições elaboram o planejamento escolar que se diferencia do PPP, porém existem instituições que utilizam os dois documentos e outras que fazem uso apenas do PPP. O planejamento escolar geralmente é elaborado com o período de um ano, já o PPP tem uma duração maior, sendo reavaliado e passado por algumas modificações.

Segundo Libâneo (2004), é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Vale lembrar que o Projeto Político Pedagógico é a identidade de uma escola, é a prática transformadora que possibilita a visão da realidade existente, buscando alternativas para que se possa reconstruir essa realidade, fazendo aquilo que se almeja, organizando ações que possam desenvolver algo novo, diferente, ou seja, a realidade que se almeja dentro de uma instituição. É necessário fazer uso de metodologias eficazes, e que sejam aplicadas no âmbito educacional da forma correta para que possam atender com sucesso as necessidades sociais e individuais dos educandos.

O Projeto Político Pedagógico é o fruto do planejamento escolar de uma instituição e garante um direcionamento importantíssimo para as ações que serão desenvolvidas pela instituição, onde as mesmas foram pensadas e organizadas por toda a comunidade escolar, onde se pretende alcançar seus objetivos dentro do âmbito escolar. Desta forma, entende-se que o Projeto Político Pedagógico não é apenas um documento material, formal, mas também uma ferramenta que direciona todo o trabalho pedagógico da instituição escolar, facilitando uma melhor execução das práticas, envolvendo todos os participantes da construção no processo de desenvolvimento de ações.

- Planejamento de currículo

O planejamento de currículo é uma ferramenta utilizada para o que a sociedade e suas mudanças pedem para as escolas, ou seja, é de fundamental importância que as disciplinas que serão estudadas em ambiente de sala de aula sejam constantemente adaptadas para a realidade escolar e de ambiente do aluno, prezando pelo ensino ao aluno

daquilo que está dentro do convívio diário em seu cotidiano e de sua família. Para Coaracy (1972, p. 79):

O Planejamento de Currículo é um processo contínuo que se preocupa com o “para onde ir” e “quais as maneiras adequadas para chegar lá”, tendo em vista a situação presente e as possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades do desenvolvimento da sociedade, quanto as do indivíduo, entendendo o processo de abordagem racional e científica dos problemas da educação, incluindo definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis de contexto educacional.

Com isso, percebe-se que ele tem a sua importância no desenvolvimento da sociedade, pois é com esse tipo de planejamento que são adaptadas as disciplinas a serem trabalhadas dentro de sala de aula, e por conseguinte o que será captado pelo aluno, ou seja, a cada planejamento dos docentes que são bem executados, ecoa no pensamento racional do aluno, junto com toda sua bagagem de conhecimento. Para Sarubbi (1971, p. 34):

O planejamento curricular é uma tarefa multidisciplinar que tem por objeto a organização de um sistema de relações lógicas e psicológicas dentro de um ou vários campos do conhecimento, de tal modo que se favoreça ao máximo o processo ensino-aprendizagem, a previsão de todas as atividades que o educando realiza sob a orientação da escola para atingir os fins da educação.

Entendemos assim que planejar é fazer com que as pessoas consigam pensar e agir de forma melhor e mais organizada, quando o planejamento é feito de forma totalmente organizada, auxilia o corpo docente e também os alunos para que absorvam cada vez mais conhecimento e fiquem sempre atentos às tecnologias inovadoras e as notícias de natureza científica e atuais, ou seja, a ideia da escola atual é fazer com que o aluno crie aptidões próprias com o uso dos recursos tecnológicos e com o uso de sua cognição, esta que a cada dia que passa temos maiores fontes de conhecimento, tanto um maior aparato de conhecimento, quanto um maior e mais amplo campo de pesquisa.

- Planejamento de ensino

Planejamento de ensino é a concretização da decisão tomada no planejamento curricular, onde serão feitas a efetivação dessa decisão, ou seja, serão programadas as estratégias e a efetiva execução do que foi decidido como grade curricular. Nele são expostos os objetivos gerais e específicos que serão o norte do trabalho a ser executado dentro de sala de aula, são expostos os métodos utilizados para que seja repassado o

conteúdo de forma eficaz e por fim, a execução e o acompanhamento desse processo, podendo assim aperfeiçoá-lo com o decorrer do tempo.

Para Mattos (1968, p.140), “O planejamento de ensino é uma previsão inteligente e bem calculada de todas as etapas do trabalho escolar que envolvem as atividades docentes e discentes, de modo a tornar o ensino seguro, econômico e eficiente”. Portanto, é de fundamental importância que o Planejamento de ensino seja implantado corretamente dentro da gestão escolar nas unidades escolares e na parte administrativa da educação nos estados, no município e nos órgãos federais que apoiam a educação.

De acordo com Padilha (2001, p. 33) “O planejamento de ensino é o processo de decisão sobre a atuação concreta dos professores no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos.” Tendo em vista que essa interação satisfaz o desejo dos gestores que prezam pela qualidade do ensino público e pela satisfação dos alunos, e a interação entre os participantes da atividade escolar é peça chave para que isso aconteça.

O planejamento de ensino é aquele realizado pelo professor, que é voltado para a prática dentro da sala de aula, é a definição de ações que são organizadas e sistematizadas pelo professor para ensinar, que prever tudo que será alcançado visando um melhor processo de ensino e aprendizagem. É importante ressaltar a importância do planejamento de ensino para a atuação do professor em sala de aula, pois ele norteia todos os passos que o professor dará, possibilitando uma melhor interação entre professor, aluno e conhecimento.

Para que o professor possa realizar uma prática eficiente dentro da sala de aula é importante a elaboração de seu planejamento de ensino, pois tendo seu planejamento como apoio as suas aulas, ele terá um melhor guia e direcionamento para conseguir desempenhar seu trabalho com mais segurança e confiança.

No planejamento de ensino deve conter todas as informações necessárias para que o trabalho do professor seja aplicado de forma clara e objetiva, buscando atender aos interesses e necessidades dos alunos. O conhecimento deverá ser aplicado com êxito, para que o aluno compreenda o que está sendo repassado e consiga demonstrar interesse e envolvimento com o que está sendo aplicado pelo professor, para assim, construir um saber articulado.

As metodologias que serão aplicadas devem ser dinâmicas e inovadoras para que os alunos possam se sentir seguros e integrados diante do aprendizado, fortalecendo ainda mais o seu envolvimento dentro da sala de aula, garantindo uma boa interação e tornando-o um ser reflexivo por meio do processo de ensino e aprendizagem. Dessa maneira, podemos dizer que o planejamento de ensino é uma necessidade para o processo de ensino e aprendizagem do educando, pois ele oferece subsídios para o avanço educacional, fomentando sua fundamental importância para a prática docente. Para tanto, vale lembrar que para alcançar o que realmente se deseja, é preciso que o professor conheça a realidade do aluno, faça um diagnóstico e planeje com os meios necessários que o levará ao êxito do seu planejamento.

CAPÍTULO 2 A EDUCAÇÃO E O INTERESSE PÚBLICO

Em meio a tantos problemas sociais como a desigualdade racial, desigualdade de classes financeiras, diferenças de religiões em que cada um escolhe seguir, assim como outras divergências encontradas em toda e qualquer ambiente, existe a educação, a chave da mudança e desenvolvimento mundial, basicamente a harmonia entre os povos e resolução de todos os conflitos, pois por mais que esse povo tenha opções diferentes em seus pensamentos, se possuem uma boa base educacional, sabe-se que a principal característica de uma boa sociedade é diferença entre os povos que nela vivem.

A educação é libertadora para as pessoas que as possuem e estão sempre a sua procura, não por serem pessoas diferenciadas em uma sociedade como a nossa, mas por aceitarem as diferenças entre os povos, aceitarem as diferenças salariais, raciais, entre outras, visto que todos são de extrema importância para o funcionamento da sociedade e para o desenvolvimento do país. O desenvolvimento do país surge de forma com que não dependa simplesmente de uma ou outra ação individual ou qualquer que seja a política pública simplesmente dita, porém o desenvolvimento educacional e cognitivo de uma nação, além do seu desenvolvimento financeiro, depende de esforços conjuntos para vencer esses entraves que atrasam qualquer sociedade.

São muitas as formas com que a educação chega ao público alvo de forma a fazer diferença na vida das pessoas e gerar conhecimento, para que isso aconteça de forma rotineira precisa-se de recursos e pessoas qualificadas para executar essa tarefa tão importante que é a transmissão do conhecimento, os professores envolvidos nesse processo na maioria das vezes não dispõem de condições boas, de ambiente de ensino para que o conhecimento seja repassado corretamente e principalmente a absorção do conhecimento por parte do aluno.

É muito comum em nosso país se ver situações de precariedade com o sistema público de ensino, o que dá para esse tipo de ensino um status de fracasso, ou seja, se o aluno é originário da educação pública é taxado como menos qualificado do que o aluno que estuda no ensino particular, e o pior é que na maioria das vezes a informação é verdadeira sendo que no ensino particular o aluno consegue ter um acompanhamento de perto dos professores, além de ótimas condições de trabalho que lhes são disponibilizadas.

Os recursos públicos estão nas escolas em forma de repasses e que geralmente são feitos de forma geral e centralizada simplesmente na secretaria de educação de cada jurisdição sem que seja feito um acompanhamento mais rígido para se entender a realidade de cada escola e da necessidade de cada comunidade, tanto no que diz respeito à estrutura física, quanto na melhoria do corpo docente e todo o quadro de profissionais que são necessários para o desenvolvimento das escolas dentro da comunidade.

Esses recursos são administrados pelo governo e distribuídos dentro do ambiente social dentro de um planejamento que é feito para 4 anos e que são desmitificados em 4 planejamentos anuais que nada mais é do que a Lei Orçamentária do município ou estado do qual aquela escola pertence. A Lei Orçamentária é um assunto pelo qual precisa-se de um pouco de atenção, pois é esta lei que rege todas as ações do governo em cada jurisdição correspondente.

Os recursos que são usados pelos gestores das escolas e unidades educacionais têm um ciclo para que chegue ao principal objeto de todo o ciclo que é o aluno, ele surge no Plano Plurianual dos gestores da jurisdição em questão como forma de planejamento, ou seja, antes de existir um planejamento educacional de forma didática e pedagógica os recursos para gastos com educação são vistos como planos fiscais e financeiros para o Patrimônio Público.

Para Kohama (2013, p.193), “O Patrimônio Público por analogia compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente, das entidades que compõem a Administração Pública”. Portanto, as pessoas envolvidas na coisa pública buscam sempre zelar por esse patrimônio e na maioria das vezes zelar pelo Patrimônio Público, significa economizar recursos para que sejam usados em assuntos emergenciais ou para contingenciamento para algum outro segmento tão necessitado quanto a educação dentro do cotidiano na Administração Pública.

Esse tipo de acontecimento ocorre em várias jurisdições e são feitos pelos governantes em busca de tampar algumas brechas que são vistas em seus governos ou em governos anteriores, o que atinge diretamente a população nas áreas de principal importância dentro da sociedade, como a saúde, a educação e a segurança pública, todas essas rubricas são de fundamental importância dentro de uma sociedade, principalmente nas que se encontram em situações de maior necessidade de educação pública de qualidade, cobertura da polícia sobre as localidades com mais índices de criminalidade,

hospitais que consigam suportar as necessidades da população, entre outras necessidades básicas.

A chegada dos recursos para a educação depende dessas peças orçamentárias para que sejam regulares e de acordo com o que regem os princípios constitucionais e da Administração Pública, no entanto, precisamos entender um pouco sobre cada uma dessas peças para que tenhamos entendimento sobre o funcionamento de cada uma e a sua verdadeira utilidade dentro do ambiente social e dentro dos trâmites para contratações, compras, vendas e outro tipo de alienação pelo setor público.

Existe um princípio da Administração Pública que também se encontra entre os princípios constitucionais, que é o princípio da legalidade, este destaca a importância de que as ações governamentais sejam feitas por meio de normas, ou seja, que as movimentações principalmente financeiras da Administração Pública devem ser regidas por lei, visto isso, comparando ao que acontece no setor privado é um pouco diferente, ou seja, dentro da área privada não se necessita de normas específicas para que sejam feitas movimentações financeiras nas empresas, só se precisa respeitar as normas já vigentes, enquanto na Administração Pública só se faz dispêndios ou aquisições por meio de lei específica para cada matéria, uma das leis específicas e mais importantes dentro da Administração Pública é a Lei Orçamentária Anual.

O orçamento Público é a lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro, que, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.320/64, coincidirá com o ano civil. Essa lei deve ser elaborada por todas as esferas de governo em um exercício para, depois de devidamente aprovada, vigorar no exercício seguinte. Apesar de sua forma de lei, o orçamento antes de tudo, é um instrumento de planejamento que permite acompanhar, controlar e avaliar a administração da coisa pública. (ARAÚJO; ARRUDA, 2009, p.57).

Entende-se então, que o Orçamento Público ou Lei Orçamentária Anual é usado para se elaborar o que será feito dentro do âmbito público de determinada jurisdição em um exercício, ou seja, é nele que os responsáveis pelo poder executivo e legislativo discutem os relativos gastos necessários para abarcar a saúde, a educação, o saneamento básico, e infraestrutura, entre outros assuntos que são bases para um bom funcionamento de qualquer que seja a abrangência da esfera, seja união, estado, distrito federal ou na esfera municipal, em todas essas esferas se precisa de planejamento não só educacional, como planejamento financeiro, planejamento tributário e o Orçamento Público é umas das

principais chaves para esse planejamento com a ajuda de alguns princípios que fazem com que se tenha um bom desempenho no planejamento.

São os princípios fundamentais do orçamento público:

- a) Programação - fala que o orçamento público deve ter características de programação, ou seja, é uma programação das atividades que serão exercidas pelo poder executivo e que deve ser aprovada pelo legislativo;
- b) Unidade - o orçamento deve estar com o mesmo intuito do orçamento principal, mesmo que sejam orçamentos diferentes, porém, com a mesma linha de pensamento, por parte de órgãos participantes da mesma esfera;
- c) Universalidade - o orçamento deve conter o máximo de programação possível, ou seja, deverá ser exposto tudo o que ensejam os entes no orçamento para que não venha a prejudicar a sociedade por falta de dotação orçamentária;
- d) Anualidade - basicamente este princípio reza que o orçamento deve vigorar por um exercício financeiro, ou seja, um ano civil;
- e) Exclusividade - serão incluídos no orçamento somente assuntos pertinentes, excluindo assuntos que não estão na orçada orçamentária;
- f) Clareza - o orçamento deverá ser o mais claro possível, pelo fato do orçamento ser um instrumento de indiscutível importância para o governo, portanto deverá ter o maior nível de formalidade e clareza da informação possível;
- g) Equilíbrio - o orçamento deve ser equilibrado no que diz respeito a Receita e Despesa, assim por mais que o Orçamento seja todo comprometido com as despesas, no setor público não se esperam lucros pelas operações e sim o bem-estar social e que os gastos sejam feitos de forma correta e distribuídos pela população, para isso passa por um processo de reconhecimento por parte das autoridades para que efetivamente chegue até a população, procedimento esse chamado de ciclo orçamentário.

Para Kohama (2013, p.49), “O Ciclo Orçamentário é a sequência das etapas desenvolvidas pelo processo orçamentário”. E são as etapas desse ciclo as seguintes: Elaboração; Estudo e Aprovação; Execução e Avaliação.

A Elaboração consiste no estudo para a formação e quantificação das receitas e despesas previstas para o exercício correspondente, cabendo ao setor de Contabilidade ou algum outro setor competente estimar com base nas demonstrações ou previsões com bases fundamentadas das receitas e despesas prováveis.

Estudo e Aprovação diz respeito a etapa de responsabilidade do poder Legislativo de analisar o projeto de lei enviado pelo poder executivo nos prazos estabelecidos e devolvidos pelo Legislativo em seus também respectivos prazos. O poder legislativo deve levar em consideração os benefícios do orçamento para com a sociedade, analisando os efeitos que este trará no exercício seguinte para o bem da sociedade, no que diz respeito às políticas públicas e benefícios a esta. A Execução está relacionada a prática da Lei Orçamentária Anual, ou seja, o Orçamento Público, dando ênfase nas diretrizes estabelecidas na lei, levando em consideração a Receita que será arrecadada e os dispêndios que precisarão ser feitos para que os objetivos sejam totalmente alcançados. A avaliação consistirá exatamente na avaliação da administração e execução dos trabalhos fixados na lei orçamentária, tendo em vista medir a eficiência e eficácia das movimentações. Conferir se as Receitas arrecadadas tiveram suas destinações feitas coerentemente e principalmente se a sociedade foi beneficiada nessa relação.

Existem outras duas peças orçamentárias que são de fundamental importância para o bom desempenho do Orçamento Público e para a adequação com as exigências legais, as duas são bases para que se faça um bom planejamento do que será necessário para ser despendido e o que precisa ser acrescentado pelo setor público, uma delas é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A LDO é elaborada anualmente e tem como objetivo apontar as prioridades do governo para o próximo ano. Ela orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, baseando-se no que foi estabelecido pelo Plano Plurianual. Ou seja, é um elo entre esses dois documentos. (BARBOSA, 2015).

Com isso vemos que a LDO é uma forma de se enxugar o que está estabelecido no Plano Plurianual que será conceituado posteriormente para que sejam verificadas as reais necessidades da população da jurisdição abrangida, verificando as previsões feitas no plano dos próximos 4 anos e verificando também as prioridades da população para o próximo exercício, visto que o planejamento que é feito para os 4 anos pode ser surpreendido por algum fator emergencial ou por algum fenômeno na economia ou na natureza, assim o que mais se deve fazer na Administração Pública antes de qualquer

execução, é um bom planejamento. Por fim, temos que mencionar a mais abrangente das peças orçamentárias, que atuam no setor público como base para uma boa gestão e planejamento dos recursos que entram e saem dentro das entidades do setor público.

Para Haddad e Mota (2010) o Plano Plurianual (PPA) é o instrumento onde se encontrarão programas de duração continuada e que serão estabelecidas situações como as receitas a serem adquiridas pelo governo e a fixação das despesas. Este tem como principal característica englobar 4 anos de duração ou vigência, sendo assim base para a formulação da Lei Orçamentária Anual (LOA). O autor destaca que o Plano Plurianual estabelece a forma com que determinada a sociedade, como está organizada e do que ela necessita durante 4 exercícios, ou seja, o plano abrange 4 anos e em cada 1 desses anos são feitos ajustes para que sejam elaborados as Leis de Diretrizes e as Leis Orçamentárias, para isso precisa-se que sejam estabelecidos números de várias áreas do conhecimento que envolvem o ente público e o que este irá arrecadar e o que precisará ser gasto para atender os anseios da sociedade.

No PPA se relaciona toda a receita que virá dos mais diversos tributos existentes no país, como por exemplo, a porcentagem de recursos que entrarão no ente público referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN ou referente ao ICMS que incide sobre a circulação de mercadorias e outros impostos que ajudam a compor a receita de cada jurisdição e que o PPA consegue deixar claro por meio de um consenso entre pessoas ligadas a população e os dirigentes e gestores a quantia em média que o ente público terá para receber por meio de arrecadação ou de repasses e as quantias que devem ser gastos para cada situação específica, ou seja, cada área explorada pela Administração Pública tem a sua parte destacada no Plano Plurianual como a Saúde, a Educação o Saneamento Básico, todos estes tem funções e orçamentos específicos dentro da coisa pública.

Essa arrecadação de recursos para a Administração Pública acontece após o efetivo desembolso da população no pagamento de seus tributos legalmente devidos e as transferências constitucionais, essa alocação por área de atuação se chama dotação orçamentária que para Angélico (2014), “dotação orçamentária é toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos. Qualquer tipo de pagamento que não tiver dotação específica só pode ser realizado se for criada uma verba nova ou dotação nova para suprir a despesa”.

2.1 Planejamento, gestão democrática e autonomia escolar

No contexto histórico, os documentos e vestígios relatam que o homem sempre planejou suas atividades. Com isso, o homem percebeu de acordo com o tempo que tinha que executar cada atividade específica. Percebe-se que essas ações de planejar, conforme o tempo, continuam vivas.

O planejamento além de fazer parte da ação gestora é um processo dinâmico que envolve aspectos gerais e específicos da organização escolar. Planejamos porque precisamos saber onde pretendemos chegar. Assim o ato de planejar significa também refletir sobre o tipo de decisão que devemos tomar sobre a ação pertinente. Significa também, prever necessidades e racionalizar o emprego de meios e de pessoas disponíveis, visando à concretização dos objetivos propostos. Para que o ensino em nossas escolas seja eficiente, a instituição deve ser autônoma, ter uma gestão comprometida, que trabalha de forma coletiva, usando instrumentos como o planejamento que é de suma importância para a educação.

O termo gestão democrática tem sido amplamente utilizado na atualidade. Distanciando-se da concepção centralizadora e burocrática de administração, ele passa a ser empregada em um sentido mais dinâmico, expressando mobilização, articulação, cooperação e participação.

Para entender a Gestão democrática das escolas, precisamos primeiro nos atentar que a democracia vem atrelada ao conceito de cidadania. Ela é composta e exercida pelos cidadãos. Assim como afirma Paro (1998, p. 6):

Entendida a democracia como mediação para a realização da liberdade em sociedade, a participação dos usuários na gestão da escola inscreve-se inicialmente, como instrumento a que a população deve ter acesso para exercer o seu direito à cidadania. Isto porque, à medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a sociedade, ultrapassando os limites da chamada democracia política e construindo aquilo que Norberto Bobbio chama de democracia social.

Diante do exposto, podemos perceber a gestão democrática escolar, não como o elemento mais importante, mas como um importante elemento no processo de construção tanto da concepção de cidadania, quanto de democracia, aspectos considerados decisórios

para um trabalho que permita resultados mais positivos no que se relaciona aos objetivos do trabalho escolar.

Neste sentido, o que diferencia as escolas que desenvolvem a gestão democrática são os princípios que pautam suas práticas marcadas pela participação geral nas questões político-pedagógicas, pela descentralização e compartilhamento das ações e pela autonomia que está associada a uma visão de educação emancipadora, tais princípios fundamentam-se e constituem-se em práticas que referenciam a gestão democrática.

A ideia de autonomia é intrínseca à ideia de democracia e de cidadania, e, nesse sentido, é revestida do conteúdo político. Por outro lado, a autonomia está contemplada, nas instituições educacionais públicas, tanto no campo pedagógico como administrativo e financeiro. Porém, a autonomia não é um fenômeno restrito às instituições educacionais, mas é um requisito inerente à gestão das organizações em geral.

A autonomia na escola é o resultado da confluência de vários interesses, onde se confrontam diferentes detentores de influência tanto interna quanto externa, sendo, portanto, uma construção político-social, e sendo assim um meio de a escola concretizar em melhores condições nossas intencionalidades.

A escola autônoma que dispõe de um espaço de vivência, da democracia participativa como um direito acessível a todos certamente terá uma trajetória significativa de desenvolvimento. Pois uma gestão escolar eficaz ultrapassa algumas concepções equivocadas que muitos tinham sobre a gestão educacional e que foi mudando ao longo do tempo.

Segundo Luck (2011, p.35):

Gestão educacional corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometidos com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo de participação e compartilhamento, autocontrole e transparência.

A gestão democrática se caracteriza pela participação de pais, alunos e dos profissionais da educação na gestão da escola. Essa participação consiste no estreitamento das relações da escola com a sociedade civil, onde todos começam a se perceber como também responsáveis pelas tomadas de decisões.

Partindo desse pressuposto, observa-se que a gestão democrática é o meio para criar condições em que haja participação dos sujeitos que fazem parte da escola, compartilhando assim as ideias para que haja um fortalecimento das ações e a transparência dos processos e decisões tomadas.

A gestão democrática na educação inclui, necessariamente, a participação da comunidade no processo educacional, sem o que seria muito mais um arranjo interno dos componentes da escola que atenderiam a interesses que certamente não estariam consentâneos com as expectativas comunitárias. (HORA, 2009, p. 120).

Vale ressaltar que a escola autônoma assume a descentralização enquanto compartilhamento de poder, implicando em divisão de responsabilidades internas e externas inerentes ao seu funcionamento. Cria órgãos colegiados, busca maior participação da comunidade nas decisões, tendo em vista um projeto próprio voltado para a sua realidade e sua identidade direcionado às suas finalidades, ensino de qualidade que resulta em educação emancipadora.

Participar da gestão da escola é um direito de todos aqueles que são beneficiados de alguma forma pela escola. Gerir uma instituição escolar exige compromisso e participação não só dos gestores encarregados pela escola, mas de todos quanto se sentirem parte desse processo.

Libâneo (2004), relaciona alguns princípios a serem observados pela gestão democrática considerando a realidade de cada escola. Dentre eles destaca-se:

- a) autonomia das escolas e da comunidade educativa: considerada fundamento da concepção democrático-participativo da gestão escolar, a autonomia constitui-se na capacidade de tomada de posição pela instituição escolar, ou seja, capacidade de se autodirigir. Tal capacidade envolverá aspectos financeiros, questões relativas aos docentes, alunos, funcionários e outros. É importante perceber que essa autonomia, como adverte Gramsci, é relativa, visto que acima da escola existem organismos que impõem determinações que precisam ser observadas pela escola;
- b) relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe: consiste no relacionamento intrínseco entre a direção e os demais membros da comunidade escolar. O diretor assume a responsabilidade de supervisionar trabalhos como a elaboração do projeto político-pedagógico e

de outros instrumentos que viabilizam o funcionamento da organização escolar. Essa supervisão se dá a partir da delegação de responsabilidades, assim como, da avaliação dos trabalhos realizados;

- c) envolvimento da comunidade no processo escolar: acontece por meio da integração da escola com a comunidade educativa (pais, entidades e outras organizações). Esse relacionamento se faz por meio do conselho de escola, associação de escola, associação de pais e mestres e outras formas de associações;
- d) planejamento das tarefas: consiste no planejamento prévio das atividades a serem desenvolvidas. O ponto de partida deve ser, portanto, a elaboração do projeto político pedagógico onde se originam todas as outras formas de planejamento;
- e) formação continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes da comunidade escolar: o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional e a competência técnica devem ser valorizados por uma gestão de concepção democrático-participativa. Isso significa proporcionar dentro do ambiente escolar o desenvolvimento da profissionalidade;
- f) utilização de informações concretas e análises de cada problema em seus múltiplos aspectos, com ampla democratização das informações; necessidade de uma visão geral acerca dos diversos aspectos da escola, no sentido da busca de todas as informações possíveis que agilizem o conhecimento e a ação sobre esses mesmos aspectos;
- g) avaliação compartilhada: objetivando êxito em relação às ações pedagógicas - didáticas necessárias a avaliação mútua entre direção, professores e comunidade, fazendo valer o princípio da relação orgânica entre direção e participação dos membros da equipe escolar etc.

Ao considerar tudo isso, a escola deve voltar-se para o atendimento da realidade local, buscando preservar sua singularidade, na diversidade no contexto macro social. Por outro lado, a escola que desenvolve sua gestão, apoiando no princípio da autonomia, vai rever-se e buscar fortalecer-se com relação a seus papéis e funções, assumindo desse modo maior responsabilidade perante a sociedade.

A escola por sua vez, precisa saber se posicionar dentro de uma realidade em constante mudança e despertar nos educandos o desejo de se tornarem sujeitos participativos dessas mudanças. Gadotti (2004, p.15) relata que.

O aluno aprende quando ele se torna sujeito de sua aprendizagem. E para ele se tornar sujeito de sua aprendizagem, ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto de escola, projeto esse inserido no projeto de vida do próprio aluno. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.

Fica evidente então que uma atividade gestora que privilegia, o momento do planejamento, a autonomia, a participação de pais, alunos, professores e outros, precisará se articular com instrumentos que possibilitem essa participação.

A autonomia, como constitutiva da democracia, tal como esta é um processo sempre inacabado, por isso não existe uma autonomia absoluta. No tocante à gestão escolar, é importante enfatizar que a conquista da autonomia quer dizer rompimento com a forma tradicional de gestão burocrática.

2.2 O professor como agente de transformação

Para resgatar o espaço do planejamento na prática escolar, há um elemento fundamental que é o professor se colocar como agente do processo educativo. Não podemos partir do pressuposto de que este agente de transformação esteja pronto; deve ser formado, ou melhor, precisa se construir. Para isto, é fulcral fortalecer seu querer e seu poder. É interessante observar previamente que há uma dialética entre o possível e o necessário, o fato do sujeito saber o que lhe é necessário, o provoca a procurar as possibilidades de realizar. Sabe-se que a função do professor vai muito além de repassar o seu conhecimento dentro de sala de aula para os alunos, a verdadeira missão do professor seja do ensino primário como na preparação para o ensino superior, é agir como um incentivador de transformação, ou seja, acompanhar os alunos para que estejam sempre cientes de suas limitações em constante procura por conhecimento e diferenciação, além de valorizarem o ambiente escolar.

Freire (1996, p.52) diz que “saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. O que faz com que a educação esteja em constante evolução no Brasil são as novas iniciativas, as novas

ciências, as novas fontes de pesquisas ainda não exploradas, é essa iniciativa que deve ser estimulada no pensamento do aluno por parte do professor.

O professor tem muita responsabilidade na formação do aluno no cenário atual da educação brasileira, que é influenciá-lo a pensar da melhor forma, forma essa que o ajude a compreender melhor os conteúdos e também buscar por novos conteúdos, aprender além da sala de aula, aprender a pensar. Para que o professor atinja esses objetivos oriundos do seu trabalho precisa planejar bem as suas ações para que tenha eficácia e tenha cada vez mais abrangência, atingir o maior número de alunos possíveis, o planejamento ajudará nesse processo cronologicamente, podendo observar cada evolução de seus alunos e aperfeiçoar o que já foi absorvido. O aperfeiçoamento acontece silenciosamente, no momento em que o aluno entende a influência da educação e do discernimento para o bem-estar social, solucionando diversos problemas existentes, sejam problemas de cunho jurídico, problemas de cunho ambiental, questões ideológicas, entre outros problemas que acompanham o nosso Brasil.

Para Daves e Grosbaum (2002, p. 99), A interação entre professores e alunos em torno do conhecimento, que constitui a dinâmica de sala de aula, decorre da forma como o professor vê os processos de ensino e de aprendizagem. A compreensão de que alunos não são pessoas a serem moldadas pelo professor – mas selecionam, assimilam e processam as informações, conferindo-lhes significado e construindo conhecimentos – muda radicalmente a concepção de aprendizado. Só que nossos alunos não constroem sozinhos seus conhecimentos: isso depende da interação mantida com professores e colegas. A “boa” ajuda que o professor pode prestar depende da maneira como ele percebe o aluno.

O professor como facilitador e agente de transformação possui diversas barreiras para serem enfrentadas no ambiente escolar ou fora dele, problemas esses que podem atrasar o processo de aprendizagem, tanto quanto influenciar negativamente no ambiente escolar de forma geral. Alguns desses problemas devem ser resolvidos por outras áreas de estudo que a formação do professor não abrange, no entanto, é muito importante a participação dos professores em qualquer que seja os entraves do processo de aprendizagem dos alunos: sejam evasões por motivos pessoais, sejam problemas relacionados à saúde física, problemas psicológicos, problemas com rejeição dos colegas ou *bullying*, entre outros diversos problemas que atingem alguns alunos e que se não forem

tratados com rapidez e eficiência pode afetar toda uma sala de aula ou até um ambiente escolar completo.

[...] o educador, conhecendo a teoria que sustenta a sua prática, pode suscitar transformações na conscientização dos educandos e demais colegas, chegando até aos condicionantes sociais, tornando o processo ensino aprendizagem em algo realmente significativo, em prol de uma educação transformadora, que supere os déficits educacionais atuais. (GASPARIN; PENETUCC, 2008, p. 3)

Algumas situações vividas em sala de aula fazem com que o professor seja peça fundamental para o desenvolvimento do aluno, algumas dessas eventualidades que ocorrem no ambiente acadêmico precisam da atenção e da influência imediata do professor seja em situações positivas ou negativas, alguns casos comuns em que o professor deve participar diretamente é a fomentação da leitura, o incentivo para que os alunos participem cada vez mais de seminários e eventos que estimulem a sua opinião perante os colegas, interação essa que só enriquece o processo de ensino e aprendizagem, o professor precisa participar das situações não tão confortáveis como problemas familiares dos alunos, evasões, são diversas as situações que trazem confiança do aluno pelo professor.

A grande influência do professor se dá pelo fato de estar presente em praticamente todas as situações que envolvem o processo de aprendizagem do aluno, o professor que tem sintonia com a turma consegue sentir os alunos seja em seus bons momentos de euforia por uma nota alta ou por encontrar um assunto em que se identifica, ou por um fato pessoal ou por algum problema extraclasse que prejudica a aprendizagem do aluno. Por toda a formação do professor desde a graduação até os mais altos níveis educacionais o professor precisa ser educado a sentir a dor do aluno, ou melhor, a conseguir viver o aprendizado do aluno, conseguir entender as suas atitudes e leva-lo para o caminho do sucesso e da aprendizagem. Segundo Libâneo (2008, p.75):

Um profissional cuja atividade principal é o ensino. Sua formação inicial visa a propiciar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes requeridas para levar adiante o processo de ensino e aprendizagem nas escolas. Esse conjunto de requisitos profissionais que tornam alguém um professor, uma professora, é denominado profissionalismo. A conquista da profissionalidade supõe a profissionalização e o profissionalismo.

A aprendizagem não acontece pelo simples fato do aluno estar presente na sala de aula, acontece na verdade quando o aluno deixa as suas ideias fluírem e acostuma-se a viver dessa educação, chegará um momento em que será automática a busca por cada dia

mais discernimento, a busca por conhecimento ainda não adquirido. Esse ambiente escolar combinado de diversas outras práticas produtivas como a inserção do esporte na vida do aluno, influencia com diversos benefícios, o que ajuda ainda mais a compreensão, a análise cada vez mais rápida, entre outras diversas aptidões que são liberadas.

O processo de aprendizagem em um nível mais alto, ou seja, quando o aluno entende a necessidade de conhecimento e a necessidade de aperfeiçoar-se cada dia mais é bem menos desgastante e bem mais proveitoso em termos de aprendizagem propriamente dita. O professor consegue mostrar os diversos modelos de ensino e perceber qual melhor se adequa ao aluno e sua forma de aprendizagem buscando a maior absorção do conteúdo por parte do aluno possível. Vigotski (2001) elabora sua principal tese que considera que a boa aprendizagem é aquela que se adianta e conduz o desenvolvimento. Assim, ele, além de reconhecer a aprendizagem como a fomentadora do desenvolvimento humano, remete à educação e ao ensino um significativo papel nesse processo. E isso é de suma importância para a educação escolar por posiciona-la em uma classe de extrema relevância na constituição do desenvolvimento humano.

O assunto dado a um aluno que tem um pensamento avançado quanto ao processo de aprendizagem, gera uma compreensão muito mais proveitosa e rápida, pois o aluno não se limitará à sala de aula com aquele assunto, ele irá estudar o assunto inteiro e as aulas serão complementares ao estudo feito por ele, assim conseguindo atingir total domínio sobre a situação o professor levando em consideração a sua interferência no cotidiano do aluno mostrando o seu ensino e o ápice da aprendizagem do aluno.

Para Freire (1996, p. 59) “Ensinar exige respeito à autonomia do educando”. Portanto o professor deve embasar suas aulas partindo das suas necessidades e avaliar como está sendo sua prática pedagógica para que não cometa erros e comprometa a formação do aluno.

Uma das questões mais pertinentes colocada hoje é valorizar o planejamento, estar motivado para fazê-lo, entende-lo realmente como uma necessidade. Trata-se da disposição valorativa, de ver sentido, acreditar. Sabe-se que o planejamento é político, com isso é hora de resgate de princípios que embasam a prática pedagógica, é hora de tomada de decisões. Para que realmente se alcance isto, é necessário conceder-lhe valor, confiar, sentir que planejar faz sentido.

Fazer um trabalho mais consciente, crítico, criativo, e significativo requer que o professor deva se rever, se capacitar, sair do dito 'piloto automático' e enfrentar conflitos, uma vez que não há sentido no planejamento se o seu trabalho é marcado pela alienação. (VASCONCELLOS, 2010, p.34)

O planejamento é importante quando a largada e o incentivo é o desejo de transformar a realidade, para isso é necessário que o professor enquanto agente de mudança perceba que essa transformação não se dará espontaneamente, é importante ter boa vontade, boas ações. Pois se realmente desejamos uma educação democrática, precisamos definir bem o nosso projeto nesta direção.

2.3 Projeto político pedagógico: uma elaboração coletiva

Pensando na função social da educação e no valor formativo e simbólico que a instituição Escola sempre representou para as sociedades e ainda, nos ideais dialéticos, construtivistas e sócio históricos que regem a escola contemporânea, compreendendo a importância do papel da educação no desenvolvimento integral das pessoas, com o intuito de se efetivar a formação do aprendiz na cidadania e para a cidadania, surge a necessidade de as escolas elaborarem seus Projetos Político Pedagógico. O termo projeto indica plano, interno, vem de projetar, que significa lançar-se, precipita-se. Nesse sentido,

O projeto é redação preliminar das intenções da escola. O projeto é justamente um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica, científica. E, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar ação de todos os agentes da escola (VASCONCELOS, 1995, p.143).

O termo político refere-se à função social das instituições de ensino. Seu significado está relacionado à possibilidade de fazer da escola um espaço emancipatório que atua na formação de cidadãos ativos na construção da sociedade.

De acordo com o pensamento de Dias (2003, p. 1):

Segundo Aristóteles, o homem é um ser político, portanto, todas as suas ações se dão de forma intencional e nas relações sociais. A educação engendra desde sua gênese uma contradição histórica em suas práxis, com interesses antagônicos construídos e desenvolvidos nas relações sociais do meio onde a escola está inserida. A administração escolar, nela incluída o ato de planejar, as ações educacionais, pode ser feita a forma centralizada e autoritária, como participativa e democrática, inclusiva ou excludente. Quando a mesma assume a forma participativa e inclusiva, permite uma maior eficiência social e educacional. Para

tanto, necessitamos de um instrumento de planejamento que permita a participação de todos os atores de forma democrática, para isso surge o Projeto Político-Pedagógico, que quando elaborado e executado de forma participativa, tem se mostrado, um importante instrumento de inclusão social e de gestão democrática da escola pública.

O termo pedagógico se refere à dimensão que possibilita a efetivação da finalidade da educação, que é o ato de ensinar e aprender, ou seja, o conjunto de métodos utilizados na educação para que cada sujeito se desenvolva de forma global. Para Veiga (1995, p. 13):

O projeto busca um resumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso socio político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. Pedagógico no sentido de definir ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

O parecer CNE/CEB nº 05/2011 indica que umas das principais tarefas da escola ao longo do processo de elaboração do seu projeto político-pedagógico é o trabalho de refletir sobre sua intencionalidade educativa.

O PPP pode ser entendido como um amplo contrato social (de natureza pedagógica, jurídica, social, cultural e política) em que são reafirmados os compromissos que recriam interações entre docentes (ensino) e estudantes (aprendizagem), como processo pedagógico capaz de traduzir as demandas atuais da escola.

Saber onde a escola quer chegar passa pela importância de planejar, debater e avaliar o projeto, por que, além dos debates que se oportuniza neste espaço, firmando a ideia de democracia, será neste documento que ficará o acordado por todos acerca da rotina durante alguns anos letivos com periódicas revisões, momentos avaliativos, financiamento de cada projeto, encontros com os pais, disciplinas dos alunos, etc.

O PPP é um instrumento de análise sobre o qual se constrói o conhecimento e a ação educativa de toda a escola, e cuja finalidade é a compreensão e a melhoria da prática educativa. Trata-se de um procedimento articulado de reflexão de toda a comunidade educativa, que impede a improvisação, a rotina e o individualismo.

Pode converter-se em excelente meio de formação continuada do professor na medida em que se torna possível realizar análises de forma sistemática e compartilhada,

planejar coordenadamente e avaliar de forma coletiva e colaborativa o processo de intervenção da escola.

Tem importância essencial na medida em que estabelece as linhas educativas da escola, os valores que sustentam a ação, os princípios que a regem e a intenção educativa que a orienta. Deve conter as possibilidades que a comunidade considera realizáveis na perspectiva integral e integradora.

Será integral por que deverá considerar todas as dimensões do desenvolvimento pessoal e social envolvendo todos os recursos existentes. Tem características integradora, por que sendo o projeto alvo de participação sistemática, implicará a inclusão de todos os membros da comunidade.

O Projeto Político-Pedagógico ou Projeto Educativo, é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização nunca definitiva de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição nesse processo de transformação. (VASCONCELLOS, 2006, p.169)

Nesse contexto, percebe-se que a construção do PPP não se limita a uma questão técnica do planejamento, embora o conhecimento das técnicas consista importante contribuição nesse procedimento. A construção do PPP de modo participativo configura um processo político, pois, além de ser discutida amplamente pela comunidade, deve estar apoiada em um propósito coletivo construído pelos membros de todas as categorias dessa comunidade tendo em vistas definir o futuro que almejam.

Desse modo incidem ideias, histórias de vida, crenças e mitos, marcando a identidade do grupo que o gerou e, por isso, é fundamental considerar o perfil diverso, as características e a composição desse grupo. Significa dizer que a construção do PPP envolve um grupo de pessoas, como você e demais companheiros de trabalho.

Na prática, esses múltiplos sujeitos convergem para ações autônomas e compromissadas com construção do PPP voltado para a crítica, para a intervenção social e para a formação dos sujeitos reflexivos.

A LDB (Lei nº 9394/96) em seu art. 12, I, art. 13, I e no artigo 14, I, II, estabelece orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. A legislação define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os

seguintes princípios estabelecidos pelo art. 14: “I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares equivalentes”. (BRASIL, 1996)

A participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP promove uma dimensão democrática na escola, e nessa perspectiva as decisões não centralizadas apenas no gestor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social e dialética da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos participantes e a comunidade escolar.

Vasconcelos (2006, p. 20) cita diversas finalidades do PPP, entre elas destacamos: o resgate das intencionalidades da ação para assim possibilitar a ressignificação do trabalho. O fato de ser um instrumento de transformação da realidade: o envolvimento do conjunto de pessoas em torno de uma mesma causa; o fortalecimento do grupo para enfrentar conflitos; a colaboração na formação pessoal dos participantes e a construção da unidade superando a fragmentação das práticas educacionais e possibilitando a continuidade da linha de trabalho na instituição.

O PPP não é um fim, mas sim um meio, um instrumento teórico metodológico que exige uma sistematização e elaboração, não podendo reduzir-se somente a uma simples confecção de um documento.

CAPITULO 3 METODOLOGIA

O eixo central do planejamento consiste em descrever claramente quais são os propósitos da escola para a formação integral do aluno. Ele possibilita uma previsão de tudo o que se fará com relação aos vários aspectos da organização escolar visando uma melhor e mais significativa apresentação em sala de aula dos conteúdos, e assim melhorando o aperfeiçoamento da capacidade cognitiva e motora dos alunos.

Obviamente o ser humano no decorrer de sua vida indaga-se sobre a realidade, busca compreendê-la e justificá-la, busca conhecer sobre a realidade, sobre a convivência humana e sobre a sociedade em todas as suas vertentes. Primeiro ele usa o seu próprio conhecimento, depois diante das imposições de cada circunstância o conhecimento passa a ser motivado, passa a buscar provas que ultrapassam o senso comum, ou seja, provas de natureza real e científica.

Daí, surge a necessidade de realizar uma pesquisa científica, não podendo ser construída sem nenhuma orientação, com isso entende-se que seu trilhar se baseia em um determinado planejamento para que sejam atingidas todas as expectativas dos envolvidos. Seu atributo se dará pela capacidade de criar do autor, onde através de seus estudos constituirá tanto as partes individualizadas como o todo. Neste contexto, entende-se o valor teórico do método científico.

Para Gil (2006, p. 26), “Método científico é o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Partindo desse pressuposto, compreende-se que é de fundamental importância a boa interação entre os procedimentos e o entendimento dos membros da educação para que o processo de ensino seja planejado, conseguindo assim atingir um melhor nível de aprendizagem. Para que tenhamos as respostas necessárias para o trabalho por parte dos participantes, estes serão indagados, visto que o fundamento da indagação será feito para alcançar o propósito apresentado em momento anterior para autenticação da pesquisa.

O procedimento de tomada de decisões se oferecerá de jeito mais criterioso, a começar do conhecimento prévio, das probabilidades que possam aparecer e suas comprovações. As tomadas de decisões foram feitas de acordo com as respostas dos entrevistados nesse trabalho, ouvindo pessoas que possuem profunda experiência no mercado da educação e com diversos tipos de alunos e modalidades de ensino diferentes.

Os objetivos ilustrados respeitaram as orientações bibliográficas aplicadas a metodologia que se propôs para não prejudicar o processo da pesquisa científica, ou seja, é a busca de dados relevantes e convenientes obtidos através da vivência do pesquisador.

O estudo vem a ser claramente uma investigação empírica em que o método adotado foi o da pesquisa de campo, por reunir características de ambas, onde teremos uma visão geral acerca da eficácia do planejamento no processo de ensino-aprendizagem do IEMA/UP/Axixá; bem como conhecer e interpretar a realidade na qual estamos inseridos.

A pesquisa de campo é a investigação empírica realizada no local onde ocorreu ou ocorre um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, questionários, testes e observação participante ou não.

Conforme Gil (2002, p.41): “o estudo de campo apresenta algumas vantagens em relação principalmente aos levantamentos. Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos”. Entendendo assim que a pesquisa de campo é uma forma de realizar toda a teoria apresentada no trabalho, mostrando a realidade dos profissionais da educação por meio dos questionários e expondo esses resultados em gráficos e tabelas, assim conseguindo mostrar a eficácia de um planejamento para o processo de aprendizagem dos alunos.

Segundo Marconi e Lakatos (2011, p.69), “a pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los”.

Entende-se que será tratado com situações pertinentes, pois destaca-se que a instituição é uma escola de tempo integral, onde os professores atuam de forma exclusiva, por esse motivo, percebe-se que são muitos ocupados, pois ainda tem alguns partícipes de grupo de pesquisas, outros estudam e ainda tem que submeterem os projetos nos eventos científicos.

A estratégia da pesquisa de campo tem a finalidade de observar fatos e fenômenos da maneira como ocorrem na realidade e também coletar dados referentes aos elementos observados, posteriormente analisá-los e interpretá-los com base em uma fundamentação teórica sólida e bem fundamentada, que tem como objetivo, compreender e explicar o problema que é objeto de estudo da pesquisa.

A opção pelo procedimento é devido a flexibilidade e as prováveis procuras desenvolvidas de fenômenos que conseguirão ser percebidos. A sua elaboração buscará

índole autêntica, encaminhando dados dos sujeitos da pesquisa, e tendo caráter qualitativo e quantitativo através das interpretações encontradas.

Acerca da pesquisa, no que se refere a classificação com base em seus objetivos, almeja-se desenvolver do tipo exploratória e descritiva visando assim maior familiaridade do pesquisador com o tema que pode ser construído com base em hipóteses ou instituições.

Conforme Gil (2006, p. 43) em relação a classificação e segundo os objetivos conceitua:

A pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudo posteriores; descritiva: tem como finalidade principal a descrição das características de determinadas população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas aparece na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Compreende-se que a pesquisa apresentará grupos de estudos que serão investigados e sugados a respeito do planejamento e sobre o cotidiano na instituição de ensino através da coleta de dados, para que depois as respostas sejam analisadas e discutidas. Em seguida serão identificados os sujeitos da pesquisa como também a definição da amostra envolvida no processo de investigação.

3.1 Participantes da Pesquisa

A pesquisa foi feita entre os meses de fevereiro e maio de 2019 e teve o intuito de averiguar junto aos gestores, professores, pais/responsáveis e alunos qual o seu ponto de vista sobre às políticas utilizadas dentro da instituição no que diz respeito à eficácia do planejamento no processo de ensino e aprendizagem, além de verificar suas opiniões em relação a proposta pedagógica adotada pelos gestores, o rendimento escolar dos alunos em atividades externas e no ingresso no mercado de trabalho, grades curriculares e seus conteúdos e a gestão escolar em geral.

Os questionários foram aplicados aos alunos no mês de abril em sala de aula, para os professores foram aplicados no mês de maio durante as reuniões de área e com os pais/responsáveis também no mês de maio nos dias em que houveram reuniões,

aproveitando momentos oportunos das reuniões onde se encontravam estes em um momento de reflexão sobre algumas questões que também dizem respeito ao questionário.

As entrevistas foram feitas nos meses de abril e maio de 2019 com 2 (dois) gestores, e 2 (dois) professores que já haviam participado dos questionários aplicados.

Posteriormente a aplicação dos questionários e das entrevistas, aconteceu à transcrição dos dados e falas para que pudessem ser estudados de acordo com o propósito deste trabalho em melhor explanação em gráficos e tabelas, o que facilita.

A princípio, serão mostrados os dados dos questionários e depois, as entrevistas que ajudarão na comparação entre os instrumentos de coleta de dados escolhidos pela pesquisa.

Na atual investigação, buscou-se uma instituição que possibilitasse a pesquisa e com prováveis parcerias dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, foram escolhidos os participantes citados anteriormente, para a execução da investigação, o critério utilizado aos professores e gestores foram o seu tempo na docência e dedicação ao processo educacional e nível de conhecimento em torno do tema, os pais pelo acompanhamento aos seus filhos e a participação em ações que visam melhorias na educação da instituição e os alunos escolhidos por estarem saindo da escola para adentrarem no ensino superior, sendo assim, ficando visível a evolução, ou seja, mostrando-se eficaz o processo ensino-aprendizagem. A pesquisa que é de caráter quantitativa (questionários) foi utilizada em sua primeira fase com os alunos, professores e pais/responsáveis, de acordo com o que se mostra a seguir (ver quadro 1).

Quadro 1 – Sujeitos da pesquisa quantitativa

Participantes	Quantidade
Alunos	10
Professores	15
Pais	05

Fonte: Elaboração própria

Para Marconi e Lakatos, (2007, p.269), “A metodologia quantitativa pressupõe uma análise e interpretação de aspectos mais profundos da complexidade do

comportamento humano, [...] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes e tendência de comportamentos”.

Desse modo optou-se por uma demonstração por comodidade, que acontece quando atuação dos pesquisadores é facultativo e os elementos da amostra são determinados conforme com a conveniência.

A segunda fase da pesquisa de caráter qualitativo (entrevistas) foi definida com gestora geral, gestor pedagógico e professores (ver quadro 2)

Quadro 2 – Sujeitos da pesquisa qualitativa

Participantes	Quantidade
Gestora geral	01
Gestor Pedagógico	01
Professores	02

Fonte: Elaboração própria

3.2 Descrição e análise da realidade

Visando a melhor definição do espaço pesquisado, foram solicitadas informações sobre a instituição, usando como fonte de informação alguns documentos existentes na escola.

O Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), foi criado no dia 02 de janeiro de 2015, com o intuito de ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio no Estado do Maranhão.

Ressalta-se assim que esta pesquisa foi realizada em uma das unidades Plenas do IEMA, a qual foi inaugurada em 20 de fevereiro de 2017 e está situada na Br. 402, Km 31 Santa Rosa-Axixá-Maranhão.

Abaixo, foto do local de estudo (ver figura 1)

Foto 1 – Foto da Escola (Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia-IEMA-UP-Axixá).



Fonte: Elaboração própria

Em relação ao seu aspecto físico, a instituição possui 12 salas de aula, divididas em 4 primeiros, 4 segundos e 4 terceiros anos do Ensino Médio. Em seguida veremos a evolução do número de alunos de acordo com o auxílio da gestão e secretária da escola.

Quadro 3 – Números de alunos de 2017 a 2019

Anos	Total
2017	160
2018	320
2019	430

Fonte: Elaboração própria

Em 2017, ano de inauguração da escola, o trabalho teve bastante êxito, pois era o sonho dos alunos, pais e até professores que tivesse uma instituição que visasse educação pública de qualidade com estrutura física e tecnológica que proporcionasse aos alunos

conforto e comodidade, nota-se claramente que a escola além de oferecer um excelente estudo, propicia um futuro melhor.

A educação integral institui uma nova visão para as escolas uma vez que essas passam a ser compreendidas como espaços geradores de conhecimento ativo no processo de ensino-aprendizagem e como ferramentas de organicidade desse processo. O período em que os alunos passam na instituição é totalmente construtivo e proveitoso

A escola (IEMA) veio com o intuito de oferecer educação pública gratuita e de qualidade, buscando o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do Maranhão, dando a oportunidade de crescimento para milhares de maranhenses para que possam usufruir de um modelo educacional onde se pode aperfeiçoar o aprendizado voltado para as exigências do mercado de trabalho que a cada dia que passa está mais competitivo e exige mais aptidões dos trabalhadores.

Adere os princípios do modelo pedagógico o qual adota inovações sugeridas nos moldes da Escola e intensifica as atividades didático/participativas em metodologias de êxito a partir da Parte Diversificada do Currículo, integradas a Base Nacional Comum e a Base Técnica, de forma a favorecer o pleno desenvolvimento do aluno.

As metodologias de êxito estão pautadas e fundamentadas em cinco princípios educativos, descritos a seguir:

- 1- Protagonismo - o estudante é envolvido como parte da solução e não tratado como problema.
- 2- Pedagogia da Presença - referências de todas as práticas educativas e de todos os educadores.
- 3- Os 4 pilares da Educação - meios de desenvolvimento das competências dos estudantes através do aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a conhecer.

O primeiro pilar da educação para que de fato aconteça é o chamado “Aprender a ser”, esta aprendizagem está presente na prática pedagógica quando por exemplo, os estudantes são estimulados, a partir de situações reais e cotidianas a desenvolver a capacidade de reflexão e reconhecimento da existência do outro, de dominar a si próprio pelo autocontrole, de assumir as consequências da ação ou da não ação, respondendo por aquilo que escolhe e aprende a deliberar entre alternativas.

O segundo pilar “Aprender a Conviver” presente na prática pedagógica quando, por exemplo, as diferenças culturais, étnicas, físicas, sensoriais, intelectuais ou religiosas são tratadas como oportunidades para aprender e a compartilhar outras formas de pensar, de sentir e de atuar. O ser humano que consegue deixar pensar filosoficamente e procura conhecimento, possui pensamentos abertos, ou seja, nada que existe em nossa natureza humana está pronto e acabado, portanto, é de fundamental importância a ação com novas culturas, novas crenças e conseqüentemente novos pensamentos.

O “Aprender a Fazer” é o terceiro pilar, presente na prática pedagógica quando os estudantes são envolvidos em processos que conduzem a resultados, conclusões e/ou compromissos com a prática cooperativa para a geração de resultados comuns. A ideia do mercado de trabalho é angariar talentos que trazem resultados, ou seja, é de fundamental importância que o jovem e adulto seja educado à proatividade e o aprender a gerar resultados.

O quarto é o “Aprender a Conhecer” que se faz vivo na prática pedagógica no cotidiano escolar ao se orientar e estimular o aluno para o exercício do conhecer o outro para ter uma convivência respeitosa digna entendendo o direito do outro. Como estratégia, os alunos são estimulados a questionar sobre o que não conhecem, buscar novas informações e aprender a selecionar o que é relevante e o que os ajuda a responder seus questionamentos.

4- Educação Interdimensional - consideração das dimensões da corporeidade, do espírito e da emoção na formação humana e não apenas a formação cognitiva, o que implica em inovações em conteúdo, método e gestão.

É de muita inteligência as atividades escolares que buscam aperfeiçoar os alunos mostrando o novo, principalmente os novos pensamentos do povo, este que a cada determinado período são totalmente modificados, alguns totalmente extintos, outros parcialmente modificados.

5- Educação Inclusiva - a cidadania como exercício social democrático converge com a diversidade exigindo da comunidade escolar mais do que o exercício da tolerância ou da aceitação passiva, mas uma atitude verdadeiramente educativa que reconheça o direito à diferença como uma oportunidade de transformação dos sujeitos e das suas relações sociais. O IEMA terá como prioridade ampliar o acesso à educação de qualidade para todos, propiciando aos grupos minoritários e excluídos as possibilidades de

inclusão, permanências e conclusão com sucesso de seus percursos formativos. A educação, assim como pensamentos quando são inclusivos, mostram a capacidade do ser humano de pensar, mostrar o crescimento dos pensamentos humanos, pois as formas de pensar que não são inclusivas são parciais ou totalmente equivocadas.

A organização curricular se configura em uma proposta pedagógica e na apresentação do desenho curricular do processo formativo que o estudante desenvolverá ao longo de sua trajetória escolar, em cada etapa de escolaridade, no que diz respeito a carga horária discente, salienta-se falar que é constituída por um conjunto de aulas dos diferentes componentes curriculares que compõem a Base Nacional Comum Curricular, a Parte Diversificada e a Base técnica, em consonância com as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Estadual.

A Base Nacional Comum Curricular é constituída por 4 áreas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas)

I - Linguagens (Língua Portuguesa e Literatura; Língua Estrangeira; Espanhol e Inglês; Arte, em suas diferentes linguagens; Ciências e plásticas; Música; Educação Física.

II - Matemática

III - Ciências da Natureza (Biologia, Física, Química)

IV - Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia)

Parte diversificada- Composta pelas Metodologias de Êxito.

(Eletivas, Projeto de Vida, Pós-médio, Estudo Orientado, Práticas Experimentais de Laboratório e Avaliação Semanal).

- Eletivas: são disciplinas temáticas, oferecidas semestralmente, propostas pelos professores e/ou estudantes, baseadas na Pedagogia da Escolha, visando diversificar e aprofundar/enriquecer os conteúdos e temas trabalhados nos componentes curriculares da Base Nacional Comum.
- Projeto de Vida: aulas que resultam em documento elaborado pelo estudante que expressa metas e define prazos, com vistas à realização de aptidões individuais, com responsabilidade individual, responsabilidade social e responsabilidade institucional em relação ao IEMA. Configura-se em mais uma oportunidade de se concretizar a Pedagogia da Escolha, como o modelo pedagógico proposto.

- Pós-médio: tem o objetivo de preparar os alunos do terceiro ano para a conclusão do ensino médio-técnico.
- Estudo Orientado: aulas com objetivo de “ensinar” o aluno a estudar, apoiá-lo e orientá-lo em seu estudo diário por meio da utilização de técnicas de estudo que auxiliarão em seu processo de ensino e aprendizagem.
- Práticas Experimentais de Laboratório: aulas com objetos de experiências práticas dos conhecimentos teóricos aprendidos pelos estudantes em sala de aula.
- Avaliação semanal: a avaliação nas unidades plenas é de forma processual e contínua e tem objetos, que leva em consideração as avaliações sistêmico-externas.

O desempenho escolar do aluno é expresso por componentes curricular e avaliado mediante:

Atividade 1 – Av1 – Participação em conjunto de atividades socioeducativas desenvolvidas pela Unidade Plena a cada semana. Avaliação Semanal: 0 a 10 pontos.

Atividade 2 – Av2 – Proposta de atividades envolvendo aspectos qualitativos e quantitativos desenvolvidos pelos professores ao longo de cada período: sendo 5,0 pontos para os aspectos qualitativos e 5,0 pontos referente a outra atividade a critério do professor.

Atividade 3 – Av3 – atividade planejada pelos professores da disciplina e série é realizada individualmente por todos os alunos da série por disciplina, contemplando os conteúdos mínimos definidos pelo IEMA e realizados ao final de cada período: 0 a 10 pontos.

Base técnica – Disciplina técnicas voltadas para a formação profissional e melhoria da qualificação dos estudantes.

O modelo pedagógico juntamente com o modelo de Gestão, formam a base do modelo adotado pelo IEMA, a fim de dar resposta à formação de jovens para que no final da Educação Básica reúna as condições para executar o seu projeto de vida, projeto esse baseado em um cotidiano de estudo voltado à educação profissional de muita qualidade, juntando a parte teórica e científica com a parte técnica e prática.

O IEMA também conta com as metodologias de êxito que são: Acolhimento, Nivelamento, Formação das turmas, Líderes de turmas, Clubes de Protagonismo, Tutoria, Práticas e vivências.

- a) O acolhimento - é a primeira etapa da construção do projeto de vida dos estudantes que ingressam no IEMA. Ele é a primeira atividade pedagógica do ano letivo das Unidades Plenas e é um importante diferencial do Programa.
- b) Nivelamento - é a tarefa de todos, consideradas as especificidades individuais e é liderada pelo Gestor com Função Pedagógica.
- c) Formação das Turmas - organizar as turmas obedecendo aos critérios de equilíbrio na distribuição por: gênero, nomes homônimos, idade, retidos.
- d) Líderes de Turmas - é uma das práticas e vivências do Protagonismo Juvenil. Nesta prática, os jovens têm a possibilidade de exercer a sua capacidade de liderança a serviço do desenvolvimento de sua turma, servindo de exemplo e referência para os seus colegas, inspirando-os e contribuindo para a mudança de suas posturas, apoiando-os no envolvimento das soluções que dizem respeito a tudo aquilo pelo qual ele desenvolve uma atitude e não indiferença seja em relação à escola, à sua comunidade, às pessoas. A rotina escolar deve ser organizada de modo a comportar reuniões periódicas desses líderes com a equipe Gestora da escola (Gestor Geral) de modo a viabilizar sua participação sem comprometimento das demais atividades.
- e) Clubes juvenis – espaços destinados à prática do protagonismo juvenil, principalmente quanto à autonomia e à capacidade de organização e gestão.
- f) Tutoria – processo didático-pedagógico destinado a acompanhar e orientar o seu projeto de vida. A tutoria deve ser entendida como oferta de apoio para reflexão e orientação de suas múltiplas aprendizagens.
- g) Práticas e vivências - processo pedagógico no qual o jovem é estimulado a atuar criativa, construtiva e solidariamente na solução de problemas reais na unidade, na comunidade e na vida social.

A Unidade Plena do IEMA/UP/Axixá em 2017 possuía a seguinte estrutura organizacional. Conforme quadro 4.

Quadro 4 – Estrutura Organizacional 2017

Equipe gestora	Equipe pedagógica	Equipe de apoio
a) Gestora Geral; b) Gestora Administrativo/Financeiro; c) Gestora Pedagógica; d) Secretária Escolar.	a) Professores coordenadores de área; b) Equipe de professores; c) Psicopedagoga.	a) Bibliotecária; b) Enfermeira; c) Coordenador de pátio; d) Auxiliar de serviços gerais; e) Técnico de tecnologia da informação.

Fonte: Elaboração própria

Quadro 5 – Estrutura Organizacional 2019

Equipe gestora	Equipe pedagógica	Equipe de apoio
a) Gestora Geral; b) Gestora Administrativo/Financeiro; c) Gestor Pedagógico; d) Secretária Escolar.	a) Professores coordenadores de área; b) Equipe de professores.	a) Bibliotecária; b) Auxiliar de serviços gerais; c) Técnico de tecnologia da informação.

Fonte: Elaboração própria

Vale ressaltar a disposição da escola em abrir as portas, dando informações para a efetuação deste trabalho. Diante disso acredita-se que tudo que foi mencionado nesse item do trabalho, ajuda na visualização da instituição pesquisada, sua organização, a forma com que os alunos são tratados e acolhidos para que consigam chegar em maiores níveis de conhecimento e por conseguinte poder viver sonhos que estariam mais distantes sem essa prática adotada pela instituição.

3.3 Instrumentos de coletas de dados

A coleta de dados é uma das fases mais importantes em uma pesquisa, pois é o momento onde se analisará ponto a ponto, os fatos ou fenômenos que estão ocorrendo em uma organização, sendo o ponto de partida para a elaboração e execução de um trabalho. Por isso deve-se ter o maior cuidado na hora de coletar informações. Para Marconi e

Lakatos (2011, p.165) “Esta é a etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas a fim de se efetuar a coleta de dados previstas”.

São vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias, com o tipo de investigação e principalmente com o público que deve ser atingido, as formas de coletar os dados serão feitas para que se consiga angariar informação na forma com que satisfaça os anseios dos leitores.

No início foi feita uma pesquisa bibliográfica com o intuito de reconhecer e selecionar publicações que pudessem servir como base teórica na pesquisa em questão, que no caso aborda o planejamento e o ensino e aprendizagem. Foram utilizadas as seguintes fontes primárias: artigos, livros, sites, dissertações que serviram para elaboração do referencial teórico, visando uma organização de conceitos e elementos que já foram apresentados anteriormente.

O questionário, segundo Gil (2006, p. 128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentados por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Diante disso, foi feita uma investigação, através de questionários com perguntas fechadas, impressos em papel aos alunos em sua sala de aula, com os professores nas reuniões de áreas e com pais/responsáveis, nos dias de reuniões para que pudéssemos compreender os pensamentos destes em torno de temas relacionados com a instituição e com o modelo educacional adotado.

Foram mostrados os objetivos das perguntas aos alunos, professores e pais, o qual equivale em averiguar a eficácia de um planejamento no processo de ensino e aprendizagem nessa instituição, ciência da proposta pedagógica e suas atualizações e conteúdos curriculares por meio de imposições do mercado atual.

As perguntas dos questionários feitos aos (professores, pais/responsáveis e alunos) acompanha a mesma ordem de questionamento (ver quadro 6), onde, a princípio se define os gêneros, idade e formação profissional para professores e pais/responsáveis; após vem o conhecimento do Planejamento, Proposta Pedagógica e Projeto Político Pedagógico, em relação a sua participação, adequação aos conteúdos programáticos e aproximação a gestão da escola (ver apêndices).

Quadro 6 – Classificação das perguntas dos questionários

Blocos Temáticos	Perguntas alunos	Perguntas pais	Perguntas professores
Caracterização da amostra	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Conhecimento do planejamento e da proposta pedagógica	3 a 7	4 a 8	4 a 8
Adequação aos conteúdos curriculares e aproximação a gestão.	8 a 9	9 a 10	9 a 11

Fonte: Elaboração própria

A entrevista é de suma importância em um estudo de caso, pois possui um forte caráter de interação pela relação estabelecida entre os sujeitos – pesquisador, entrevistador e entrevistado, por meio de uma influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. São fontes riquíssimas no que diz respeito à instituição na coleta de informações.

Segundo Gil (2006, p.117), “Entrevista é uma forma de interação social, um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Tendo responsabilidades recíprocas o entrevistador que tem como principal objetivo criar formas de retirar da entrevista as respostas necessárias para as respostas impostas no trabalho, e em segundo plano o entrevistado que deve estar conectado com a instituição para que consiga responder claramente as indagações.

Para esclarecer melhor o estudo feito no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA – UP – Axixá, foram feitas entrevistas estruturadas (ver apêndice IV) com roteiro previamente definido com dois gestores e dois professores que também participaram na aplicação dos questionários realizados anteriormente.

A elaboração da entrevista foi realizada por 7 (sete) questões acerca do planejamento escolar, características e obstáculos; definição da Proposta Pedagógica e do

Projeto Político Pedagógico e prováveis mudanças na estrutura, aproximação a gestão e avaliação dos conteúdos curriculares, com propósito de analisar, juntamente com os questionários, para determinar se de fato acontece ou não a prática do planejamento participativo. Para fixar os dados alcançados nas entrevistas, foi utilizado um celular para gravar, para não perder nenhuma informação, em seguida foram realizadas as transições para posterior análise.

Durante todo o percurso do trabalho, surgiram dúvidas por parte dos sujeitos pesquisados em torno do proceder da pesquisa e de como seria executada, porém, diante das nossas exposições na apresentação da investigação, e com o nosso conhecimento acerca do trabalho, fomos esclarecendo e mostrando o objetivo que se pretende alcançar, sanando as dúvidas dos entrevistados, e isso construiu uma conversa íntima e produtiva, que refletiu positivamente no trabalho. Em seguida os dados serão explicados detalhadamente em sua análise e discussão.

3.4 Tratamento dos dados

O recolhimento dos dados foi feito de forma minuciosa e com critérios, visto que as ideias e formas de apresentação dos resultados variam de acordo com o público a ser alcançados e os anseios a serem atingidos pelos pesquisadores e pela informação que está sendo repassada. No entanto, é de suma importância que se escolha a apresentação dos dados obtidos da forma mais compreensível para que o público tenha mais clareza em sua leitura e compreensão.

Foi utilizado o programa de computador (Excel) que tem como principal função o uso eficiente de gráficos, tabelas, cálculos matemáticos e dados para que as informações obtidas sejam definitivamente agrupadas e possam criar sentido para o resultado final da pesquisa. Foi escolhido mostrar os resultados usando tabelas e gráficos, levando em conta as questões feitas nos questionários e a melhor compreensão dos dados estatísticos.

CAPÍTULO 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tivemos bons frutos em nossa pesquisa com os instrumentos de coleta de dados feitos por entrevistas e questionários com papel impresso, ambos foram feitos com alunos, professores, gestores e com os pais dos alunos, ou seja, pessoas que vivem o cotidiano escolar diariamente direta ou indiretamente e que podem comprovar se a forma de planejamento utilizada naquele ambiente é eficaz para o processo de captação de conhecimento dos alunos.

Os professores responderam os questionamentos sobre o planejamento focados no comprometimento do aluno, e na didática aplicada dentro de sala de aula, tanto quanto o comprometimento dos horários. Os gestores focaram nos resultados gerais da instituição fazendo uma averiguação geral da forma com que o conteúdo é repassado para os alunos e os objetivos que podem conseguir alcançar de forma individual e coletiva com o planejamento utilizado pela organização. Os alunos por sua vez falam do planejamento de uma forma mais leve, onde focam na qualidade do ensino, na qualidade do conteúdo que é repassado pelo professor e em seu domínio na sala de aula, além do tempo consumido dentro do ambiente escolar.

Desse modo, os dados da pesquisa de todos os envolvidos foram estruturados e averiguados tendo em vista os objetivos específicos propostos nesta dissertação. Para tanto, esta investigação mostrou a importância do Planejamento para o êxito do ensino e da aprendizagem. Outro ponto em destaque foi a atenção que se teve para não haver diminuição nos resultados, e sim conseguir informações mais detalhada de se chegar a um entendimento.

A fim de que os dados obtidos tivessem uma ligação melhor, procurou-se um procedimento de organização que ajudasse a análise, apresentando e associando as respostas dos investigados nos questionários, em forma de dados quantitativos.

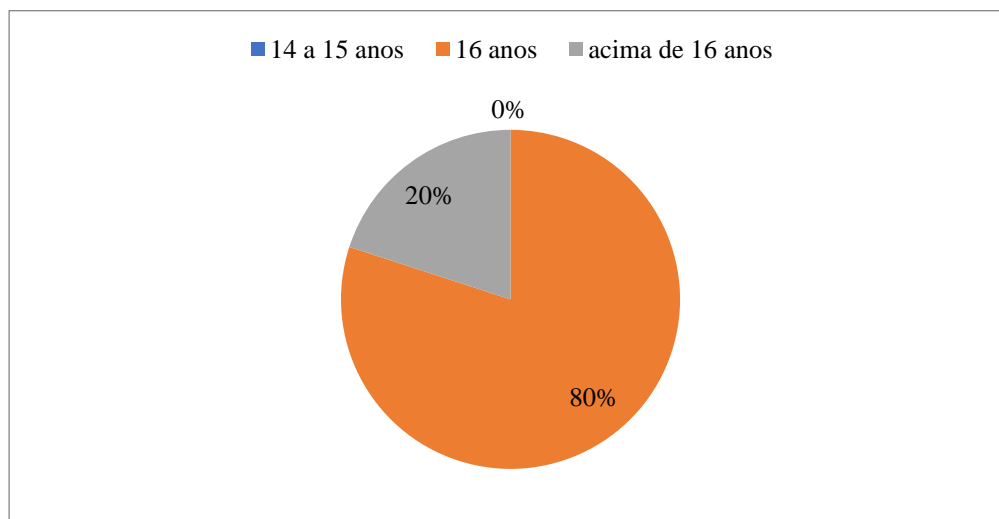
O verdadeiro sentido do estudo se dá a partir da análise dos dados que foram obtidos e das opiniões dos investigados. Em seguida serão mostrados, os resultados alcançados em cada grupo pesquisado, com as respectivas análises, os quais contribuirão com as discussões propostas.

4.1 Análise dos dados dos alunos

Como referido os alunos pesquisados são do terceiro ano do ensino médio do IEMA – UP – Axixá. No que diz respeito ao gênero, 50% era do sexo masculino e 50% do sexo feminino. De acordo com os questionários aplicados aos alunos (Apêndice I) alcançou-se os resultados apresentados a seguir.

O gráfico 1 traz como resultado quanto a faixa etária dos alunos do terceiro ano entrevistados que 80% responderam que tem 16 anos e apenas 20% responderam que tem acima de 16 anos.

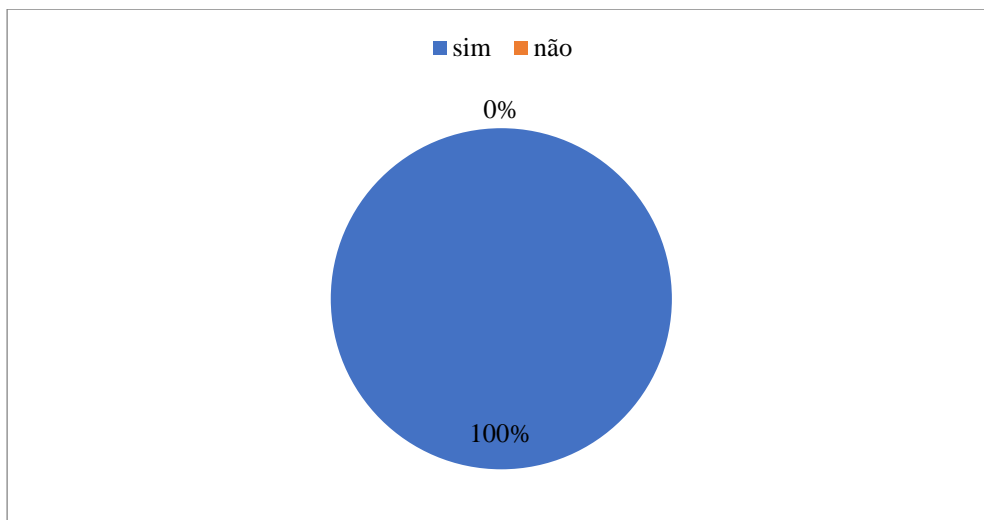
Gráfico 1 – Faixa etária dos alunos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 2 mostra que todos os alunos entrevistados tem conhecimento sobre o planejamento da instituição, pois segundo eles o planejamento é uma ferramenta no trabalho, e a pessoa ou instituição que utiliza demonstra interesse em prever e organizar as ações que acontecerão, aumentando a sua racionalidade e eficácia.

Gráfico 2 – Você tem conhecimento sobre o planejamento da instituição?

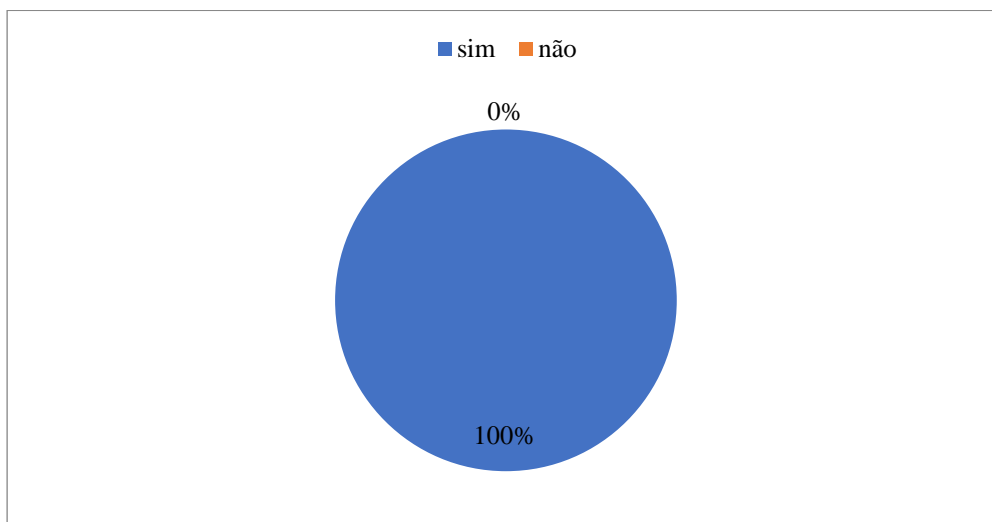


Fonte: Elaboração própria

O gráfico 3 informa que todos os alunos entrevistados consideram o planejamento como um instrumento importante.

Eles ressaltaram que o planejamento escolar é a organização necessária para que uma escola funcione e caminhe saudável rumo aos seus objetivos.

Gráfico 3 – Você considera o planejamento como um instrumento importante?

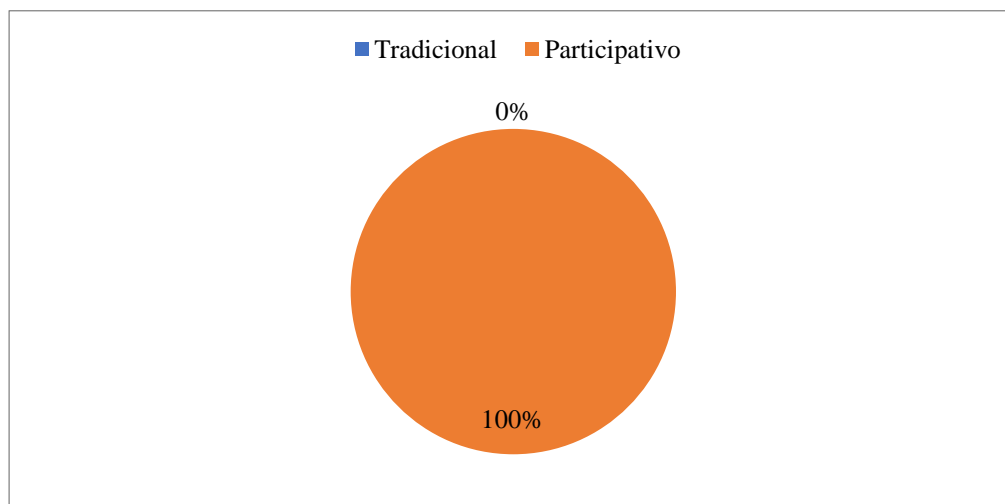


Fonte: Elaboração própria

O gráfico 4 traz como resultado quanto ao tipo de planejamento existente na instituição, a resposta dos alunos entrevistados, onde 100% responderam que o

planejamento é Participativo, porque garante a participação e busca uma visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento.

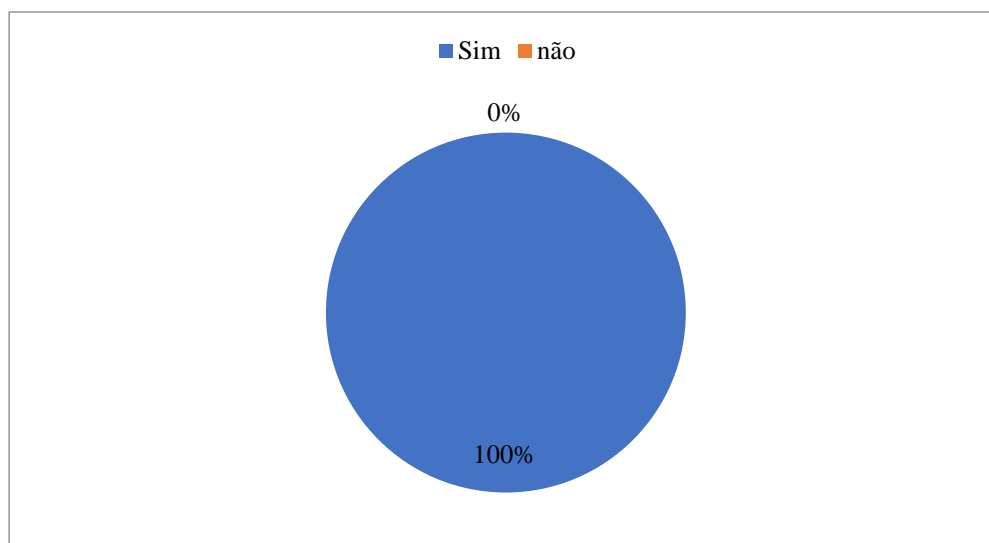
Gráfico 4 – Nesta instituição o planejamento que existe é o Tradicional ou Participativo?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 5 informa que todos os alunos (100%) tem conhecimento do modelo pedagógico e consideram esse modelo como um dos diferenciais do IEMA, pois ele cria novos paradigmas para a educação pública brasileira concebido a partir de uma pedagogia eficaz associada a gestão, para gerar resultados verificáveis e sustentáveis.

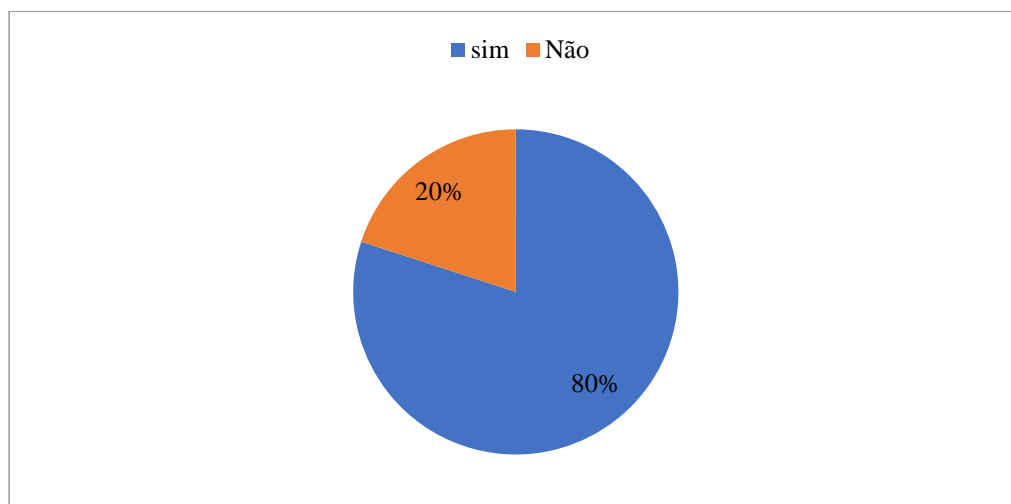
Gráfico 5 – Você tem conhecimento sobre os princípios do modelo Pedagógico?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 6 traz como resultado quanto ao conhecimento do PPP, Proposta Pedagógica e do Regulamento da Instituição que 80% dos alunos disseram que tem conhecimento e 20% disseram que não tem.

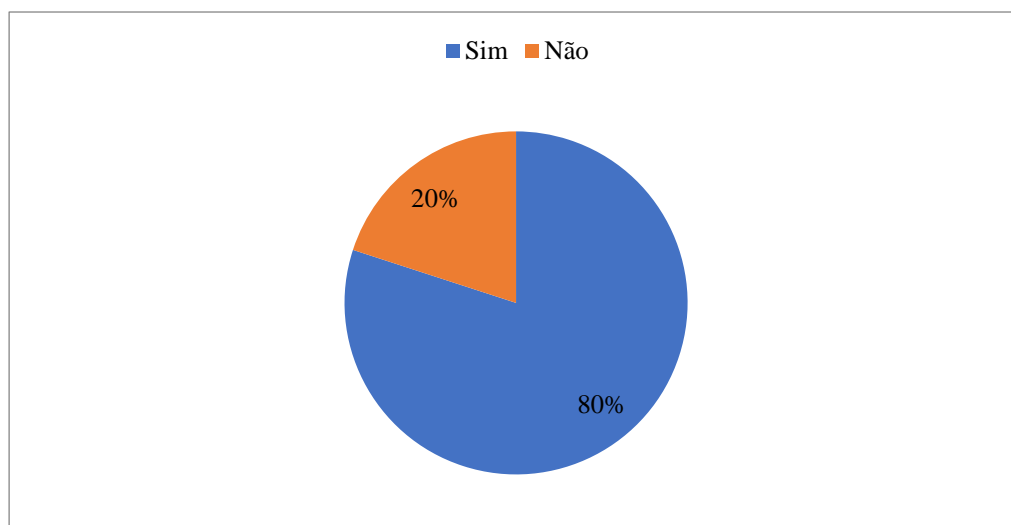
Gráfico 6 – Você tem conhecimento do PPP, da Proposta Pedagógica e do Regulamento da instituição?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 7 mostra que 80% dos alunos entrevistados concordam com o PPP e com a proposta da instituição, já 20% não concordam ou não conhecem a proposta.

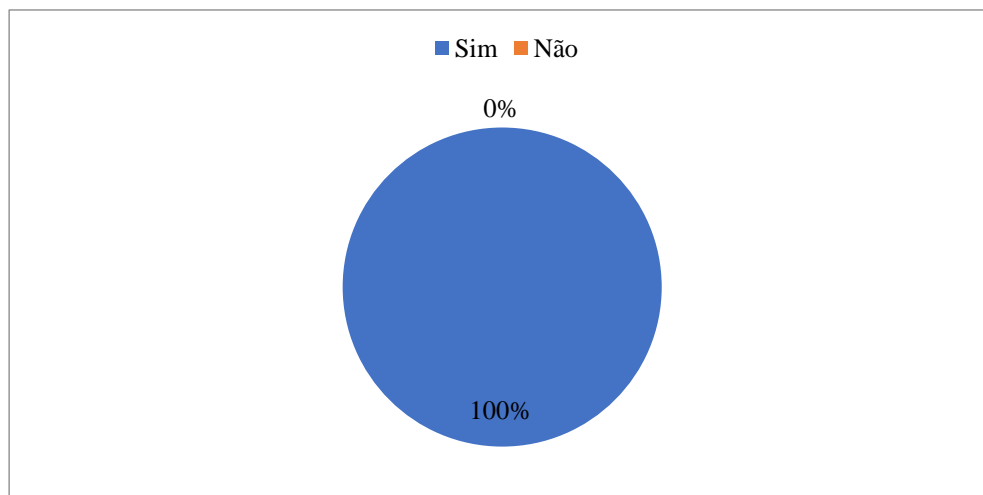
Gráfico 7 – Você concorda com o PPP e a Proposta da instituição?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico abaixo informa que todos os alunos entrevistados (100%) consideram os conteúdos programáticos apropriados às exigências do dia a dia, pois são todos voltados para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

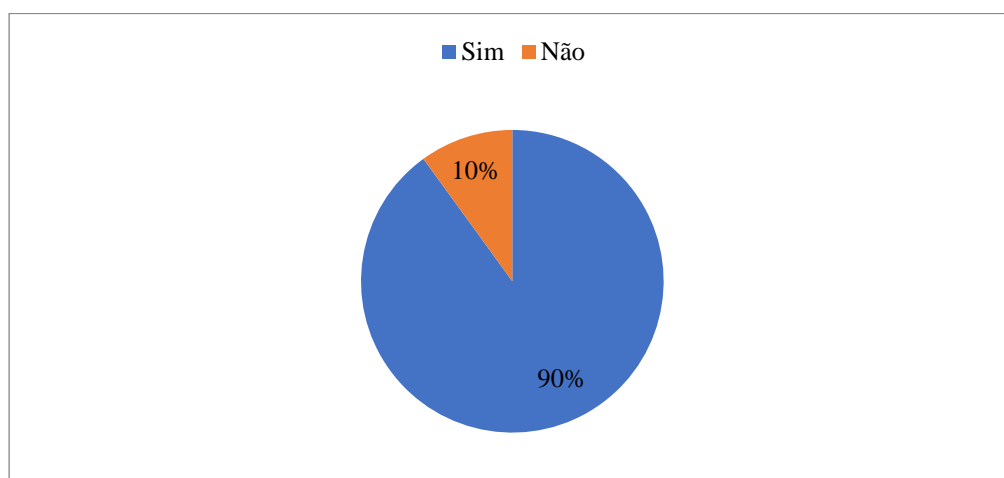
Gráfico 8 – O conteúdo programático é apropriado às exigências do dia a dia?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 9 traz como resultado quanto ao auxílio da gestão escolar para a realização das atividades dos professores, 90% dos alunos entrevistados responderam que sim e 10% dos alunos disseram que nem sempre isso acontece segundo eles, de fato a gestão deve auxiliar sempre as atividades dos professores, pois são essas atividades que ajudarão a melhorar tanto o ensino quanto a aprendizagem.

Gráfico 9 – A gestão escolar auxilia para a realização das atividades dos professores.



Fonte: Elaboração própria

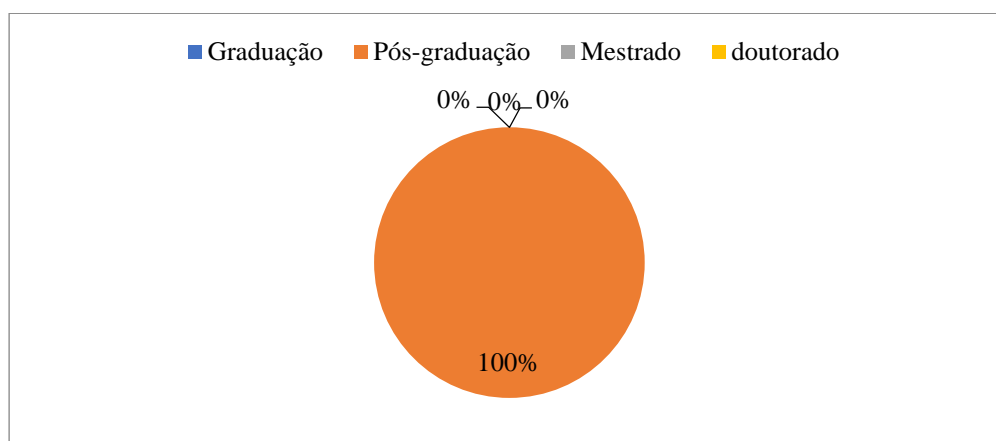
Os gráficos permitem afirmar que as respostas dos alunos foram obtidas mediante as indagações, as quais foram feitas de forma direta e precisa, o que nos faz compreender que eles entendem as propostas oferecidas pela instituição, e que a busca por melhorias é feita em conjunto, uma parceria entre corpo docente, discente e toda comunidade escolar, os quais agem em constante entrega para que o processo seja construído de forma eficaz.

4.2 Análise dos dados dos pais/responsáveis

Para a formação de um bom aluno, bom cidadão, a família é tão ou mais importante do que a escola. Diante disso é importante apresentar o apoio deles no dia a dia do aluno e o incentivo que dão não só ao aprendizado, como também a todo processo educacional, no comportamento e habilidades por exemplo, que os alunos precisam para lidar com os problemas do terceiro ano do ensino médio. Diante disso, foram selecionados alguns pais para fazerem parte desta amostra.

No que se refere ao gênero dos participantes 80% eram do sexo feminino, enquanto 20% era do sexo masculino. Ao observar a faixa etária dos pais/responsáveis, todos os pesquisados (100%) possuem idade acima de 37 anos. Quando interrogados acerca da formação acadêmica todos (100%) revelaram que possuem pós-graduação (ver gráfico 10). O gráfico 10 mostra que todos os pais/responsáveis possuem apenas pós-graduação nenhum deles possuem mestrado e nem doutorado.

Gráfico 10 – Formação acadêmica dos Pais/Responsáveis



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 11 traz resultados quanto ao planejamento da instituição, todos (100%) disseram que o planejamento é uma das ferramentas que dão certo na escola.

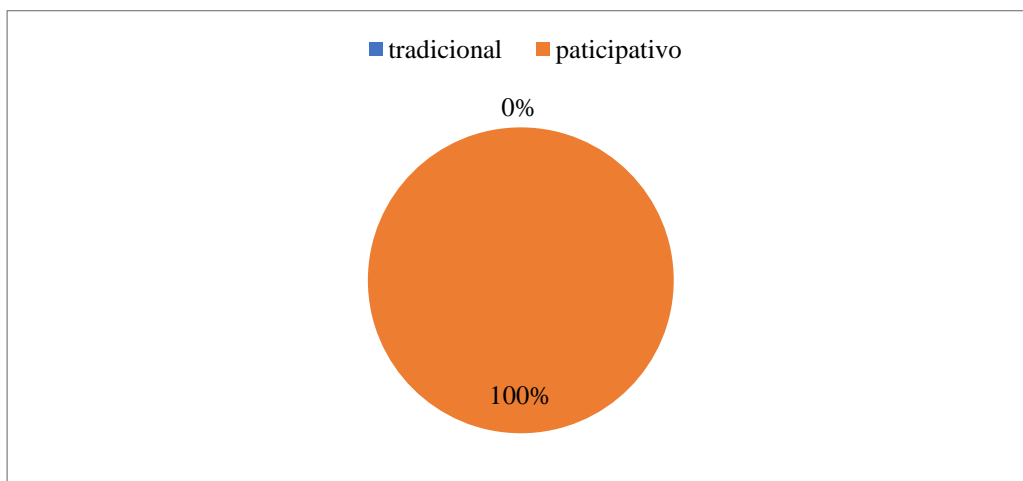
Gráfico 11 – Você tem conhecimento sobre o planejamento da instituição?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 12 demonstra que todos os pais entrevistados acreditam que o planejamento existente na instituição é o participativo, pois eles sempre observam, os professores trabalhando em união, ou seja, coletivamente.

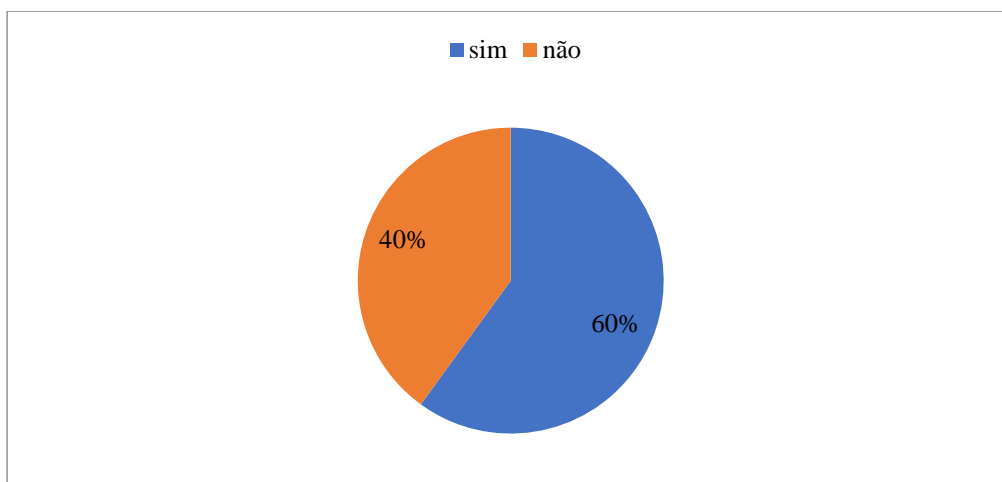
Gráfico 12 – Qual o tipo de planejamento que você acredita que existe na instituição?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 13 nos mostra que 60% dos pais entrevistados conhecem os princípios do modelo pedagógico e 40% apenas escutaram falar, mas não conhecem.

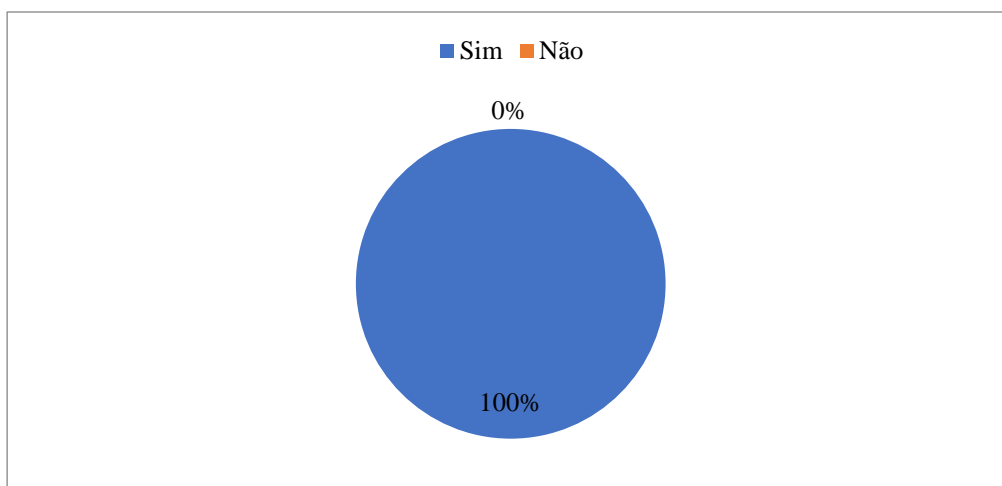
Gráfico 13 – Você tem conhecimento sobre os princípios do modelo pedagógico?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 14 traz resultado quanto ao conhecimento dos pais/responsáveis sobre PPP, a Proposta Pedagógica e o Regulamento da Instituição e todos responderam que conhecem, que esse sempre é um dos assuntos tratados nas reuniões de pais.

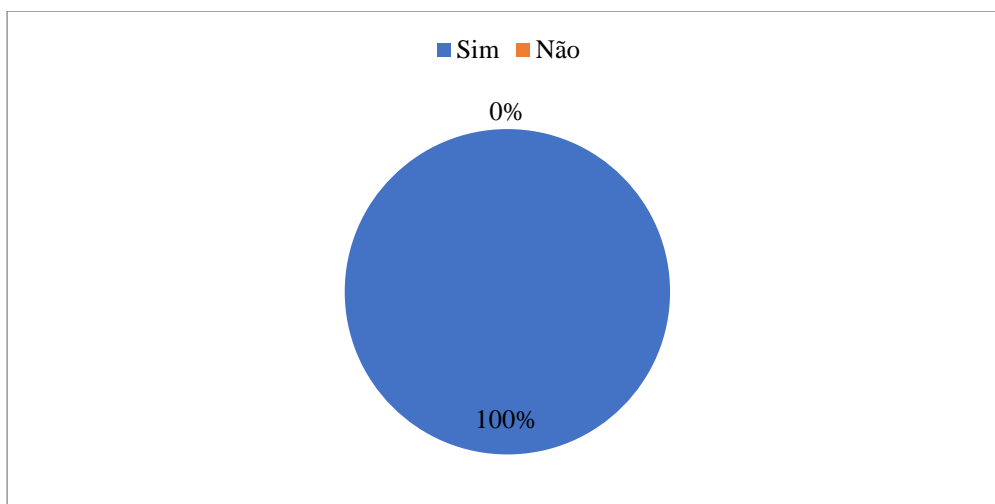
Gráfico 14 – Você tem conhecimento do PPP, Proposta Pedagógica e do Regulamento da Instituição?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 15 demonstra que todos os pais questionados, concordam com a proposta e o PPP da instituição, pois é uma proposta que visa de fato a aprendizagem do aluno, visa torná-lo autônomo, competente e solidário.

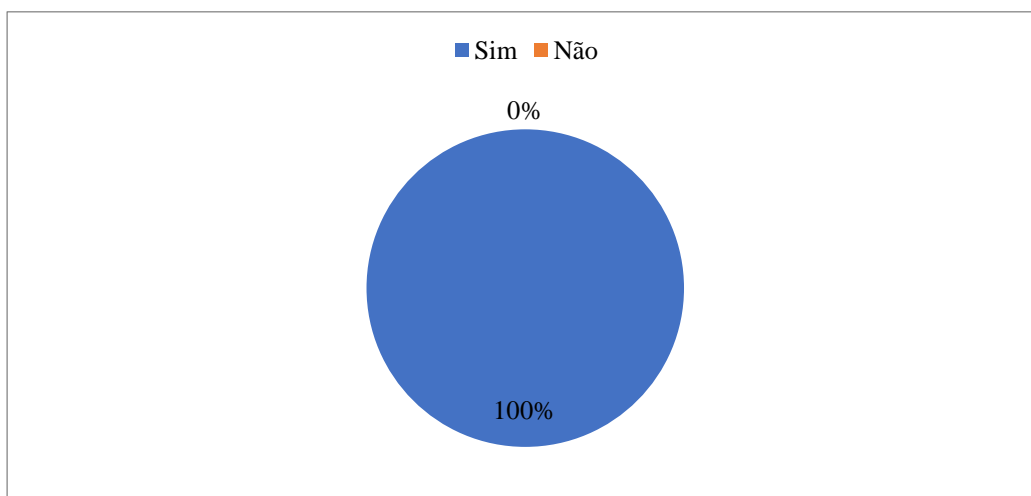
Gráficos 15 – Você concorda com a Proposta e o PPP da instituição?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 16 mostra claramente que 100% dos pais consideram os conteúdos programáticos apropriados as exigências atuais.

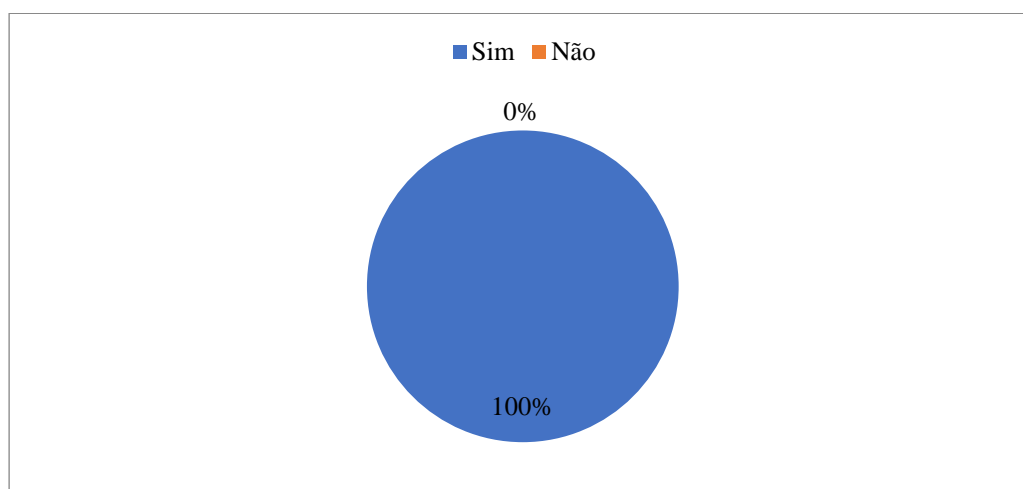
Gráfico 16 – Você considera os conteúdos programáticos apropriados as exigências atuais?



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 17 traz resultados quanto ao julgamento dos pais/responsáveis no que diz respeito ao auxílio da gestão para a realização das atividades dos alunos e 100% deles responderam que sim, pois observam a gestão muito preocupada com os alunos, com suas atividades e com a aprendizagem.

Gráfico 17 – Você acha que a gestão escolar auxilia para a realização das atividades dos alunos?



Fonte: Elaboração própria

4.3 Análise dos dados dos professores

Do universo dos professores do terceiro ano do ensino médio do IEMA/ UP/ Axixá fizeram parte da amostra desta pesquisa um quantitativo de 15 professores.

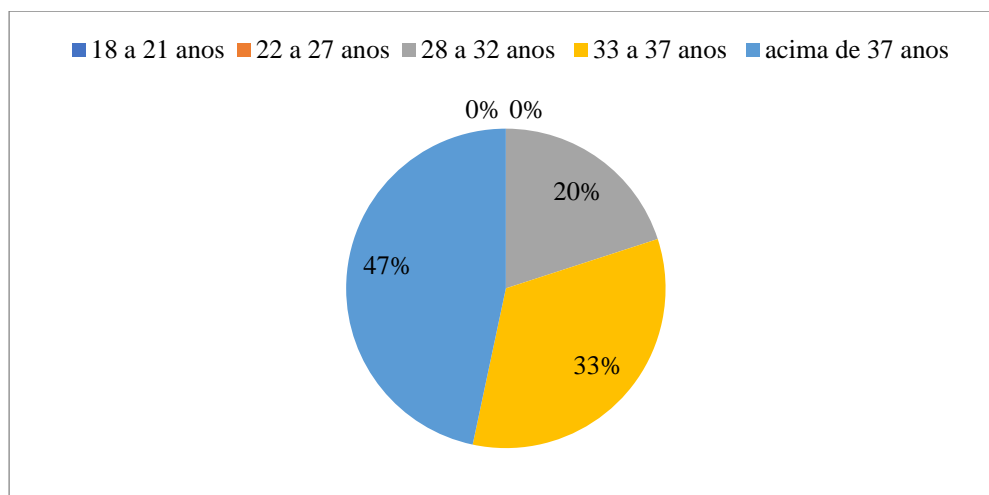
Em relação ao gênero dos participantes 40% eram do sexo feminino, enquanto 60% eram do sexo masculino, nota-se o equilíbrio dos participantes da pesquisa quanto a esta variável.

De acordo com os questionários aplicados aos professores (Apêndice III) alcançou-se os seguintes resultados.

O gráfico 17 traz no tocante a faixa etária dos professores, apenas três possuía idade no intervalo entre 28 a 32 anos (20%), cinco entre 33 a 37 anos (33%) e sete acima de 37 anos (47%).

Observa-se claramente que mais da metade da amostra dos docentes pesquisados está acima de 30 anos, ou seja, os docentes em sua maioria possuem idade madura.

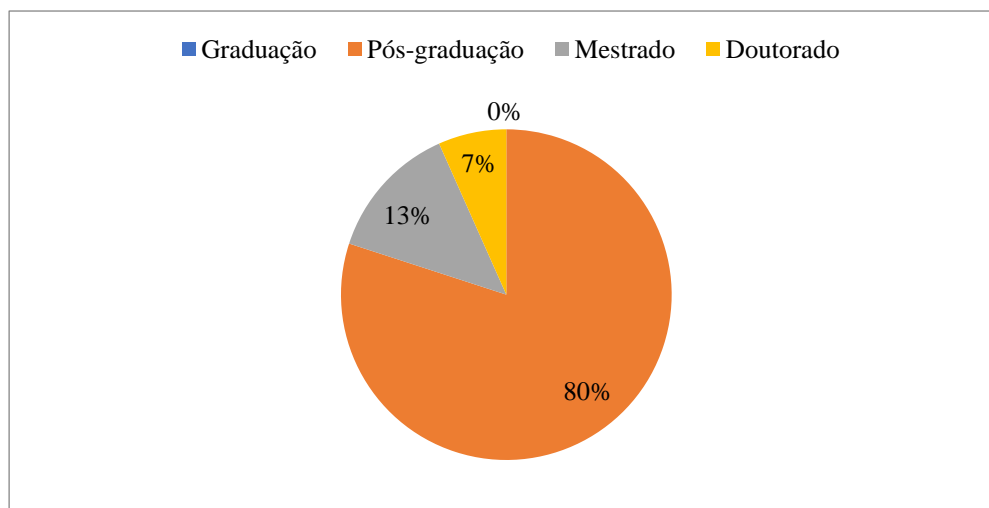
Gráfico 18 – Faixa etária dos professores pesquisados



Fonte: Elaboração própria

Os professores quando questionados a respeito da formação acadêmica, 12 (doze) revelaram possuir apenas graduação (80%), 2 (dois) professores com mestrado (13%) e apenas 1 (um) com doutorado (7%). Conforme mostra o gráfico 19.

Gráfico 19 – Formação Acadêmica dos professores pesquisados



Fonte: Elaboração própria

Os professores quando questionados a respeito do planejamento como um instrumento importante todos eles (100%) disseram possuir conhecimento acerca do tema. Este universo se justifica por ser assunto abordado, debatido de forma constante nas escolas e faz parte dos assuntos tratados nas semanas pedagógicas, nas reuniões que

antecedem o início dos períodos letivos, e também nas reuniões de áreas semanalmente na escola onde são elaboradas as ações ligadas aos propósitos educacionais.

Ao questionar sobre o tipo de planejamento existente na escola, todos (100%) acreditam e confirmaram que é participativo.

Eles enfatizaram que o planejamento é diferente das outras escolas onde trabalharam anteriormente, e que na instituição eles prezam por colocá-lo em prática e apresentá-lo a toda a comunidade escolar.

Segundo Vasconcellos (2005, p.24), “A participação é uma resposta a um dos anseios mais fundamentais do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Todavia, a participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário não apenas as aparências”.

No que diz respeito ao conhecimento sobre os princípios do modelo pedagógico, todos os professores (100%) disseram que conhecem e foi um dos motivos de trabalhar na instituição, pois ela tem um modelo diferenciado que prega o protagonismo do aluno, algo que os professores consideram essencial. A pedagogia da presença que também faz parte do modelo é algo novo para todos, e segundo eles está dando certo.

Quando questionados sobre o conhecimento do PPP, da Proposta e do Regulamento da Instituição, todos os professores (100%) revelaram que conhecem e concordam com a Proposta e o PPP da instituição. Eles acreditam que tudo foi bem pensado, para que de fato os alunos do Maranhão pudessem ter uma educação de qualidade.

Quando questionado acerca da consulta da instituição na construção do conteúdo programático que realizou todos os professores pesquisados (100%) disseram que sim e também disseram que o conteúdo programático é apropriado as exigências atuais, pois é todo baseado no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e também nos conteúdos que são abordados em outros vestibulares.

Quando questionado sobre o Auxílio da Gestão Escolar para a realização das atividades, todos os professores pesquisados (100%) revelaram que recebem esse auxílio.

Isso vem mostrar que os professores se sentem apoiados em suas atividades pela gestão. A esse respeito Luck (2009, p. 12) evidencia:

Já é amplamente reconhecida que a qualidade da educação se assenta sobre a competência de seus profissionais [...] A busca permanente pela qualidade e

melhoria continua da educação passa, pois pela definição de padrões de desempenho e competências de diretores escolares, dentre outros de modo a nortear e orientar o seu desenvolvimento. (LUCK, 2009, p.12).

4.4 Resultado das entrevistas com gestores e professores

Depois da aplicação dos questionários com os alunos, pais e professores, foi feito entrevistas com uma pequena amostra do corpo docente, Gestor Geral, Gestor Pedagógico e dois professores com intenção de coletar mais dados sobre o planejamento feito na escola, e, assim organizou-se algumas perguntas. A primeira pergunta está relacionada a importância do planejamento.

Em relação a essa pergunta, obteve-se as seguintes respostas.

1. “O planejamento é o marco zero para qualquer atividade prevista. É o ponto de partida para se atingir os objetivos propostos”. (Ggeral)
2. “O planejamento é uma prática que ajuda a se alcançar os objetivos” (Gpedagógico)
3. O planejamento é de fundamental importância, já que é através deste que conseguimos detectar os problemas e encontrar soluções para combatê-los”. (Professor 1)
4. “Essencial na medida em que racionaliza e antecede as linhas administrativas político-ideológica de qualquer atividade” (Professor 2)

Diante das respostas constatamos que todos os entrevistados consideram o planejamento como uma ferramenta essencial no processo ensino- aprendizagem.

Em seguida, o questionamento feito foi sobre as principais dificuldades que a instituição possui para a realização do planejamento escolar. Em relação a esse quesito, tivemos as seguintes respostas.

1. “A adequação do tempo. A equipe tem dificuldades na coordenação do seu tempo, com isso as vezes acaba se tornando inviabilizada a realização de um planejamento bem feito”. (GGeral)
2. “Tempo, encaixe de horários. Trabalhos em ritmo acelerado onde reunir todos os professores para o planejamento é um desafio”. (Gpedagógico)
3. “A nossa instituição não tem esse problema, pois cumprimos rigorosamente o calendário escolar onde o PLA coletivo é prioridade”. (Professor 1)

4. “Diretrizes verticalizadas!! Projeto Político Pedagógico hermético! Distanciamento ente setores e agentes”. (Professor 2)

Entre as respostas alcançadas, percebe-se que a principal dificuldade é a adequação do tempo, pois a escola é de tempo integral e tem ritmo acelerado.

O terceiro questionamento da entrevista estava relacionada a diferença entre o ensino onde as aulas são planejadas e o ensino onde não existe um planejamento constante. Nesse sentido, foram obtidas as seguintes respostas.

- 1) “A diferença com certeza é na aprendizagem. Pois quem se planeja, motiva os alunos ou sua equipe, o que ocorre ao contrário com quem não planeja”. (Ggeral).
- 2) Aulas planejadas ajudam no alcance dos objetivos almejados”. (GPedagógico)
- 3) “O planejamento é fundamental em toda e qualquer atividade realizada, principalmente quando se refere a educação. Quando planejamos a chance de acertamos é maior.” (Professor 1)
- 4) “A diferença está nas condições do processo ensino-aprendizagem, na assimilação dos conteúdos, na programação e sobretudo nos resultados auferidos”. (Professor 2)

Diante das falas obtidas, verificou-se claramente que todos consideram as aulas planejadas, mais eficientes, onde há possibilidades de concretização dos objetivos.

Em seguida procurou-se a resposta ao conhecimento dos elementos necessários de um planejamento participativo. Após as entrevistas, obteve-se as seguintes respostas.

- 1) “Temas, Conteúdos, Atividades desenvolvidas (estratégias), avaliação”. (GGeral)
- 2) “Justificativa, competências (habilidades, metodologias/atividades prévias, autodidáticas, cooperativas, complementos), Material, Fontes”. (GPedagógico).
- 3) “O principal elemento de um planejamento participativo é a democracia, nesse contexto deverá envolver toda a comunidade escolar: família, gestão, estudantes, funcionários e todos envolvidos no processo”. (Professor 1).
- 4) “Descentralização Administrativa, tomada de decisões colegiadas, envolvimento de todo corpo de funcionários nas tratativas internas”. (Professor 2).

Segundo as principais respostas obtidas o planejamento participativo tem como elemento principal a democracia, nesse sentido deve envolver toda a comunidade escolar e deve passar pelas fases do diagnóstico, problematização, justificativa, metodologias para assim chegar as conclusões finais. Diante disso Oliveira (2007, p.21) destaca:

O ato de planejar exige aspectos básicos a serem considerados. Um primeiro aspecto é o conhecimento da realidade, daquilo que se deseja planejar, quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas; para que o planejamento as evidencie faz-se necessário fazer primeiro um trabalho de sondagem da realidade daquilo que ele pretende planejar, para assim traçar finalidades, metas ou objetivos daquilo que está mais urgente de se trabalhar.

O quinto questionamento foi feito a respeito dos motivos que o entrevistado acredita que a instituição utiliza para o planejamento escolar participativo. Em relação a esse quesito tivemos as seguintes respostas.

1. “As metas monitoradas, ou seja, a equipe gestora, com coordenadores monitoram os resultados e acompanham os professores para que os mesmos pensem o tempo todo em suas ações com isso realizando o PDCA”. (Ggeral).
2. “O alinhamento que deve existir entre os professores”. (GPedagógico)
3. “A preocupação com uma educação de excelência que eduque o cidadão competente, crítico e solidário, apto a atuar de forma consciente no mundo em que vive”. (Professor 1)
4. “Êxito pedagógico - administrativo”! (Professor 2)

Neste sentido, Lopes (1991, p.50) aponta que:

Essa abordagem integradora, com efeito é que proporcionará um ensino voltado para a formação, de pessoas críticas, questionadoras e atuantes. Entendemos que uma educação integradora, onde professores e alunos produzam conhecimentos a partir da participação da escola na sociedade e vice-versa estará formando efetivamente um educando com possibilidades de construir concretamente para a transformação da sociedade.

Em seguida foi feito o questionamento acerca da descrição que faziam do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica em termos de objetividade e atualidade. E obteve-se as seguintes respostas.

1. Descreveria como sendo super atual, com foco e objetividade voltada para a educação do século XXI”. (GGeral)

2. “Perfeita! Trabalhamos com a realidade dos alunos e aplicabilidade no projeto de vida de cada um”. (Gpedagógico).
3. “A nossa escola ainda está se estruturando. Quanto a proposta pedagógica e o PPP, pautada na pedagogia da presença e no projeto de vida é super atual”. (Professor 1).
4. “Poderia ser muito mais aberto e flexível, incorporando sugestões do corpo docente nestes projetos orientados de alcance maior”. (Professor 2)

Diante das respostas obtidas, os entrevistados disseram que a proposta e o PPP é super atual, com foco voltado para educação do século XXI, somente o professor 2 respondeu que precisa ser mais aberto e flexível. Nesse contexto vale ressaltar que esses documentos são de suma importância para que os trabalhos da instituição tenham êxito, pois se pauta na Pedagogia da Presença e no projeto de vida ou seja segue os princípios do modelo pedagógico.

Segundo (Vasconcellos 1995, p.43):

Projeto Político Pedagógico é: um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da instituição.

Por fim, foi questionado sobre a avaliação do nível da participação de cada um no planejamento escolar da instituição. A seguir são mostradas as respostas.

1. “Muito bom. Atuo como líder de todo o processo”. (GGeral)
2. “Participo efetivamente”. (GPedagógico)
3. “Eu avalio como bom, pois participo de forma atuante em todas as atividades propostas e realizadas no ambiente escolar”. (Professor 1)
4. Como algo protocolar e formal! Não é efetivo-atuante”! (Professor 2)

CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o trabalho, percebemos que o ato de planejar faz parte da vida do ser humano e sem ele não se chega a lugar algum, pois para chegar a um lugar almejado e atingir os nossos propósitos pessoais ou coletivos são necessários objetivos e metas que devem ser assumidas e colocadas em prática.

Nunca ficou tão claro a necessidade de se planejar como hoje, principalmente quando o assunto é a escola e os seus processos que andam de mãos dadas, o ensino e a aprendizagem, pois diante da modernidade e avanços sociais e educacionais, toda ação docente deve primar pela elaboração de um bom planejamento escolar.

Vale ressaltar que o planejamento não pode mais ser visto apenas como formulários a serem preenchidos e não serem executados, pois apenas preencher fichas e formulários não tem cunho pedagógico. O ato de planejar também é ato de persuadir, é mostrar a importância do aprendizado, é buscar formas de ensinar que tenham mais eficácia, é fazer com que o aluno saiba que a chave para a mudança é a educação, que além de muita disciplina e força de vontade precisa-se de um bom planejamento escolar adaptado a realidade dos docentes e dos discentes. O planejamento se torna importante quando o docente tem consciência da importância dessa ferramenta crucial no modelo educacional existente hoje, totalmente tecnológico e com diversas questões ideológicas novas existentes.

Nesse contexto tivemos como proposta desta pesquisa, identificar se o Planejamento utilizado no modelo de educação do IEMA-UP-AXIXÁ é percebido como eficaz pelos diferentes agentes educativos. Partindo do pressuposto de que os resultados apresentados estão totalmente relacionados com o tema da dissertação “A eficácia do Planejamento no processo ensino e aprendizagem: um estudo no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA – UP – Axixá.”

Após a realização dos estudos feitos com o corpo docente, discente e pais/responsáveis, torna-se fundamental refletir acerca dos dados qualitativos e quantitativos encontrados, a ideia é fazer com que o leitor entenda claramente o pensamento dos entrevistados no que diz respeito à eficácia do planejamento no ambiente escolar.

Diante das observações feitas no estudo empírico com os sujeitos pesquisados, percebe-se claramente que a escola é uma referência no Maranhão, desde a sua fundação, a proposta pedagógica traz a identidade da instituição que é a busca pela capacitação dos alunos, seus princípios filosóficos, suas teorias e metodologias que norteiam o planejar e o fazer pedagógico e tem como pressuposto, garantir aos educandos conhecimentos que os prepare de maneira integral em suas dimensões: cognitiva, afetiva, emocional e profissional para torná-los cidadãos autônomos, solidários e competentes.

A partir do tema da pesquisa definiu-se os objetivos que deram embasamento a este trabalho, onde procurou-se verificar a eficácia do planejamento enquanto ferramenta essencial no processo ensino e aprendizagem; perceber a importância do planejamento para uma prática pedagógica eficaz de forma crítica; conhecer os tipos de planejamento existentes; frisar a importância da interferência da Administração Pública para o bom planejamento na educação; perceber a relação existente entre o planejamento a gestão democrática e a autonomia escolar; e reconhecer a importância do PPP para o êxito de uma escola etc.

Após a realização de todas as fases da pesquisa, o último objetivo foi averiguar junto aos professores como acontece o planejamento dentro da citada Instituição de Ensino e quais os desafios existentes para sua realização dentro do ambiente escolar, visto que nos dias de hoje existem vários contratempos como a falta de comprometimento dos discentes, falta de recursos tecnológicos, por isso, procuramos saber dos entrevistados quais são esses entraves existentes nesse processo.

O planejamento por sua vez é participativo e percorre as mesmas etapas do planejamento científico, pois busca produzir resultados sistemáticos, consideráveis e que durem. Esse planejamento é assumido como processo de crescimento pessoal e de transformação social, nota-se que a instituição se preocupa com as coisas que realmente são importantes.

Por trabalhar com a pedagogia da presença e com o projeto de vida de cada aluno, traz como propósito, a tão sonhada mudança na educação do Maranhão. A comunidade escolar, participa de forma efetiva das atividades escolares, algo que em nossas escolas era muito difícil acontecer, os pais e todos da comunidade elogiam muito e são agradecidos por esse novo modelo de educação.

O único desafio encontrado na realização do planejamento, é o tempo dos participantes, pois como a escola é de tempo integral, são muitas atividades, muitos projetos, reuniões de alinhamentos, os quais acaba, tomando muito tempo dos professores. Porém, mesmo assim todos tentam se programar da melhor forma para que tudo ocorra de forma correta. Até por que a Instituição acredita que com o esforço coletivo, com uma gestão comprometida, lutando para que a aprendizagem aconteça, conseguiremos mostrar que a educação pública de qualidade é possível.

Isso por que aprender é um processo contínuo que exige além de muito estudo e dedicação dos envolvidos, corpo docente, alunado e gestão institucional, exige também muita força de vontade de todos para que o processo seja contínuo e eficaz, pois quando há vontade, há direção.

Como toda e qualquer pesquisa, seja ela científica, seja do senso comum ou outrem, obtive resultados positivos quanto ao assunto, porém salienta-se dizer que investigações envolvendo a educação e seus diversos fenômenos, abrem leques para diversas novas investigações e indagações. A pesquisa teve limitações, pelo fato da instituição que foi abordada a pesquisa ter como principal foco formar o aluno e aperfeiçoá-lo para o mercado de trabalho, no entanto, possui tarefas com horários determinados e com diversas tarefas a serem aplicadas, assim impossibilitando uma pesquisa mais abrangente.

Falar de Planejamento em uma instituição de ensino é bem proveitoso por trazer respostas significativas para o cotidiano escolar e para o aperfeiçoamento do planejamento dentro das instituições. A ideia do Planejamento ajudar na eficácia do processo ensino-aprendizagem é totalmente válida, porém existem diversos fatores que influenciam nesse processo e que estão direta ou indiretamente ligados ao cotidiano institucional como a alimentação as questões físicas dos alunos, comportamento do aluno dentro da sala de aula, as evasões que ocorrem em todo o Brasil, a falta de participação da família nos processos de educação dos filhos e nas discussões das políticas utilizadas pela instituição.

Enfatizo, dizendo que estamos felizes com esta pesquisa pois conseguimos mostrar que de fato o planejamento é uma ferramenta de suma importância para o ensino e consequentemente para a aprendizagem. Sabemos que muito ainda falta para tornar a escola e por que não dizer o ensino, no que realmente queremos, mas ações, escolas como

o local de estudo desta pesquisa que tem propósito e que luta por uma educação e por uma sociedade mais justa e solidária é um grande avanço.

Espera-se que a realização deste estudo tenha contribuído com a Instituição pesquisada (IEMA) como fonte de inspiração para novas ações inovadoras que visem o desenvolvimento educacional e de aprendizagem e possa contribuir para futuras investigações acerca da temática, visto que o planejamento é um tema amplo e crucial para todo o sistema educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandrino, M., & Paulo, V. (2013). *Direito Administrativo Descomplicado*. (11a ed.). São Paulo: Método, 2013.
- Almeida, J. R. P. de. (1989). *História da instrução pública no Brasil (1500 a 1889)*. (A. Chizzotti, Trad.) São Paulo: EDUC; Brasília, INEP/MEC.
- Angélico, J. C. (2014). *Contabilidade Pública*. (11a ed.). São Paulo: Atlas, 2014.
- Araújo, I. da P. S., & A., D. G. (2009). *Contabilidade Pública: da teoria à prática*. (2a ed.). São Paulo: Saraiva, 2009.
- Barbosa, N. (2015). *PPA, LDO e LOA: As três siglas que definem o orçamento do governo*. Recuperado de <http://www.politize.com.br/ppa-ldo-loa-3-siglas-que-definem-orcamento-governo>.
- Brasil. *Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.
- Chiavenato, I. (1987). *Teoria Geral da Administração*. (3a ed.). São Paulo: McGraw-Hill, Ltda.
- Coaracy, J. (1972). O planejamento como processo. *Revista Educação* 1(4), 78-81.
- Daves, C., & Grosbaum, M. W. (2002). Sucesso de todos, compromisso da escola. In VIEIRA, S. L. (Org.) *Gestão da escola: Desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro, DP&A.
- Dias, G. (2003). *A dimensão Política do Projeto Político Pedagógico: Rumo à autonomia Política e Pedagógica da Escola Pública*. Recuperado de <http://www.utp.br/mestradoeducacao/vpedagogiaemdebate/pddgd.htm> acessado em 5/3/2007
- Faria Filho, L. M. (2000). *Dos pardieiros aos palácios*. Passo Fundo, Ed. UPF.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e terra.
- Gadotti, M. (2004). *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez.
- Gandin, D. (1995). *A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental*. Petrópolis: Vozes.
- Garin, E. (2003). *L'éducation de l'homme moderne*. Paris: Fayard.

Gasparin, J. L., & Petenucci, M. C. (2008). *Pedagogia histórico-crítica: da teoria à prática no contexto escolar*. Recuperado de <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>.

GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.

GIL, A. C. (2006). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Haddad, R. C., & Mota, F. G. L. (2010). *Contabilidade Pública*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

Hora, D. L. da. (2009). *Gestão democrática*. (15a ed.). São Paulo: Papyrus.

Kohama, H. (2013). *Contabilidade Pública: teoria e prática*. (13a ed.). São Paulo: Atlas.

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo: Editora Cortez.

Libâneo, J. C. (2004). *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. (5a ed. rev. ampl.). Goiânia: Editora Alternativa.

Libâneo, J. C. (2008). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. (5a ed.). Goiânia: MF Livros.

Lopes, A. O. (1991). Planejamento do ensino numa perspectiva crítica de educação. In Veiga, I. P. A. *Repensando a didática*. (5a ed.). Campinas: Papyrus, 1991.

Luckesi, C.C. (2010). *Planejamento e Avaliação na Escola: articulação e necessária determinação ideológica*. São Paulo: Cortez.

Lück, H. (2009). *Dimensões de gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Editora Positivo.

Lück, H. (2011). *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. 8.ed. Petrópolis: Vozes.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia Científica*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2007). *Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Mattos, L.A.de. (1968). *Sumário de Didática Geral*. Rio de Janeiro: Aurora.

Meirelles, H. L. (2011) *Direito Administrativo Brasileiro*. (38a ed.) São Paulo: Malheiros.

Nóbrega, M. da. (1988). *Cartas do Brasil*. Itatiaia: Edusp.

- Nascimento, J. C. (1999). *A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Londrina: Ed.UEL.
- Oliveira, D. de A. (2007). *Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos*. (7a ed.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Oliveira, D. de P. R. (2009). *Planejamento Estratégico*. (26a ed.). São Paulo: Atlas.
- Oly Pey, M. (Org.). (2000). *Esboço para uma história da Escola no Brasil: algumas reflexões libertárias*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Padilha, R. P. (2001). *Planejamento dialógico: como construir o projeto políticopedagógico da escola*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire.
- Paro, V. H. (1998). *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Àtica.
- Romanelli, O. de O. (1997). *História da educação no Brasil* (19a. ed.). Petrópolis (RJ): Vozes.
- Sangenis, L. F. C. (2004). Franciscanos na Educação brasileira. In Stephanou., M., & Bastos. M. H. C. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. vol. I – séculos XVI-XVIII* (pp. 93-107). Petrópolis: Vozes.
- Sarubbi, M. I. (1971). *Curriculum*. Buenos Aires. Stella.
- Schumpeter, J. (1952). *Can Capitalism Survive?* New York: Harper & Row.
- Seelig, T. L. (2005). *Entrepreneurship Education Around the World*. Recuperado de http://stvp.stanford.edu/presentations/Global_E-ship_Education.pdf
- Vasconcellos, C. dos S. (2005). *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. (15a ed.). São Paulo: Libertad.
- Vasconcellos, C. dos S. (2000). *Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. (7a ed.) São Paulo: Libertad.
- Vasconcellos, C. dos S. (2010). *Planejamento: projeto de ensino e aprendizagem e projeto político pedagógico*.(21a ed.). São Paulo: Libertad.
- Vasconcellos, C. S. (1995). *Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo: Libertat.
- Vasconcellos, C. dos S. (2006). *Planejamento de Ensino-aprendizagem e Projeto Educativo*. São Paulo:Libertad.
- Veiga, I. P. (Org.) (1995.) *Projeto Político da Escola: uma construção coletiva*. Campinas: Papirus.

Vigotski, L. S. (2001). Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: Vigotski, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. (7a ed., p. 103-119). São Paulo: Ícone.

Xavier, M. L. M., & Zen, M. I. H. D. (2000). *Planejamento em destaque: análises menos convencionais*. Porto Alegre: Mediação.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO/ALUNOS

Eu, Geisa Correia Lima, estou realizando uma pesquisa de Mestrado em Gestão, junto ao Instituto Politécnico de Tomar (IPT), com o objetivo de verificar a eficácia do planejamento nesta instituição.

Sua participação é de suma importância nesta pesquisa.

1) Faixa etária.

14 a 15 anos

16 anos

Acima de 16 anos.

2) Você tem conhecimento sobre o planejamento da instituição?

Sim ou Não

3) Você considera o planejamento como um instrumento importante?

Sim ou Não

4) Qual o tipo de planejamento que você acredita que existe nesta instituição?

Tradicional ou Participativo

5) Você tem conhecimento sobre os princípios do modelo pedagógico?

Sim ou Não

6) Você tem conhecimento do PPP, da Proposta Pedagógica e do Regulamento da Instituição?

Sim ou Não

7) Você concorda com o PPP e com a Proposta da instituição?

Sim ou Não

8) O conteúdo programático é apropriado as exigências do dia a dia?

Sim ou Não

9) A gestão escolar auxilia para a realização das atividades dos professores?

Sim ou Não

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO PAIS/RESPONSÁVEIS

Eu, Geisa Correia Lima, estou realizando uma pesquisa de Mestrado em Gestão, junto ao Instituto Politécnico de Tomar (IPT), com o objetivo de verificar a eficácia do planejamento nesta instituição.

Sua participação é de suma importância nesta pesquisa.

1) Faixa etária.

18 a 21 anos

22 a 27 anos

28 a 32 anos

33 a 37 anos.

2) Formação.

Graduação

Pós –graduação

Mestrado

Doutorado

4) Você tem conhecimento sobre o planejamento da instituição?

Sim ou Não

5) Qual o tipo de planejamento que você acredita que existe nesta instituição?

Tradicional ou Participativo

6) Você tem conhecimento sobre os princípios do modelo pedagógico?

Sim ou Não

7) Você tem do PPP, Proposta Pedagógica e do Regulamento da instituição?

Sim ou Não

8) Você concorda com o PPP e com a Proposta da instituição?

Sim ou Não

9) Você considera os conteúdos programáticos apropriado as exigências atuais?

Sim ou Não

10) Você acha que a gestão escolar auxilia para a realização das atividades dos alunos?

Sim ou Não

APÊNDICE III - QUESTIONÁRIO PROFESSORES

Eu, Geisa Correia Lima, estou realizando uma pesquisa de Mestrado em Gestão, junto ao Instituto Politécnico de Tomar (IPT), com o objetivo de verificar a eficácia do planejamento nesta instituição.

Sua participação é de suma importância nesta pesquisa.

1) Faixa etária.

18 a 21 anos

22 a 27 anos

28 a 32 anos

33 a 37 anos.

Acima de 37 anos.

2) Gênero:

Masculino Feminino

3) Formação.

Graduação

Pós –graduação

Mestrado

Doutorado

4) Você considera o planejamento como um instrumento importante?

Sim ou Não

5) Qual o tipo de planejamento que você acredita que existe nesta instituição?

Tradicional ou Participativo

6) Você tem conhecimento sobre os princípios do modelo pedagógico?

Sim ou Não

7) Você tem conhecimento do PPP, Proposta Pedagógica e do Regulamento da instituição?

Sim ou Não

8) Você concorda com o PPP e com a Proposta da instituição?

Sim ou Não

9) A instituição consultou a construção do conteúdo programático que realizou?

Sim ou Não

10) O conteúdo programático é apropriado as exigências atuais?

Sim ou Não

11) Você acha que a gestão escolar auxilia para a realização das atividades dos professores?

Sim ou Não

APÊNDICE IV - ENTREVISTA

Eu, Geisa Correia Lima, estou realizando uma pesquisa de Mestrado em Gestão, junto ao Instituto Politécnico de Tomar(IPT), com o objetivo de verificar a eficácia do planejamento nesta instituição.

Sua participação é de suma importância nesta pesquisa.

Entrevistado: _____

Cargo: _____

- 1) Qual a importância do planejamento para você?

- 2) Quais as principais dificuldades que a instituição possui para a realização do planejamento escolar? Explique.

- 3) Qual a diferença que você considera entre o ensino, onde as aulas são planejadas, e o ensino onde não existe um planejamento constante?

- 4) Você conhece os principais elementos de um planejamento escolar participativo? Cite-os.

- 5)Quais os motivos que você acredita que a instituição utiliza para o planejamento escolar participativo? Explique.

- 6)Como você descreveria o Projeto Político Pedagógico e a Proposta Pedagógica da instituição em termos de objetividade e atualidade?

- 7) Como você avalia o seu nível de participação no planejamento escolar da instituição?